



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/SUPEL/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1373.22.04-2025

REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

FORMA: Eletrônica

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS E COM RESERVA DE COTA ATÉ 25% ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, E COM DIREITO DE PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO ÀS ME, EPP, SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO

1 – PREÂMBULO

1.1 A Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO, por intermédio da Superintendência Municipal de Licitações – SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **eletrônica**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, do tipo **menor preço**, com critério de julgamento **menor preço por item**, modo de disputa **aberto**, objetivando a futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais participantes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 70/GAB/2018, Lei Complementar Municipal nº 80/GAB/2021, Decreto Municipal nº 1170/GAB/2024, Decreto Municipal nº 1171/GAB/2024 e demais normas aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 02/07/2026, às 09h30min, até 14/07/2026, às 09h30min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/07/2026, às 10h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14/07/2026, às 10h00min.

LOCAL: www.licitanet.com.br

Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 - RETIRADA DO EDITAL/FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Prefeitura Municipal de Costa Marques. Av. Chianca, 1381, Centro, na sala da Superintendência de Licitação. Costa Marques – RO., de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 13:30 horas, ou por E-mail: supel@costamarques.ro.gov.br e site da Prefeitura Municipal de Costa Marques, www.costamarques.ro.gov.br, ou no sistema onde ocorrerá a licitação, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, podendo ser adquirido o edital na sua íntegra juntamente com seus anexos.

** Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão. (Acórdão TCU 594/2020 – plenário).*



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, a **futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso**, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

2.2. Os pneus a serem fornecidos deverão ser obrigatoriamente **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não recondicionados**, livres de vícios, avarias, deformações, sinais de uso anterior ou qualquer condição incompatível com a finalidade pública da contratação.

2.3. A contratação abrangerá pneus destinados a veículos administrativos, motocicletas, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos oficiais utilizados pelas Secretarias Municipais participantes.

2.4. O quantitativo total estimado da contratação corresponde a **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme tabela consolidada constante do Termo de Referência.

2.5. O valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, conforme média de preços lançada nos autos, devendo a análise de aceitabilidade das propostas observar o valor estimado individual de cada item.

2.6. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto, a diversidade de medidas, tipos e aplicações dos pneus, bem como a possibilidade de fornecimento independente de cada item, sem prejuízo técnico ou operacional à Administração.

2.7. A existência da futura Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo as contratações ocorrerem conforme a necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes, disponibilidade orçamentária, saldo registrado por item e emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.

2.8. O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, conforme as solicitações formalizadas pela Administração, observados os prazos, locais de entrega, condições de recebimento, obrigações da contratada e demais exigências previstas no Termo de Referência, neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

2.9. Em caso de divergência entre as especificações cadastradas na plataforma eletrônica LICITANET e aquelas constantes do Termo de Referência, prevalecerão as especificações técnicas do Termo de Referência. Quanto às regras procedimentais do certame, prevalecerão as disposições deste Edital.

2.10. O fornecedor deverá observar as datas e horários limites previstos neste Edital para credenciamento junto ao provedor do sistema, cadastramento da proposta, abertura da sessão pública e início da disputa, atentando-se às comunicações e convocações realizadas na plataforma eletrônica.

2.11. Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Carta Proposta;

ANEXO III – Exigências para Habilitação;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo de Habilitação;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando aplicável;

ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO VIII – Minuta de Contrato Administrativo.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



3 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET – Licitações On-line**. Site www.licitanet.com.br. A utilização do sistema de pregão eletrônico da LICITANET nos termos do § 2º do art. 07 da IN 73/2022.

3.2 - O sistema de pregão eletrônico, **LICITANET** é realizado por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

3.3 - Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da Prefeitura do Município de Costa Marques, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “**LICITANET**” constante na página da internet www.licitanet.com.br.

3.4 - **O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.**

4 - DA ESCOLHA DA PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1.1 - O município de Costa Marques–RO para definir sua plataforma de suporte aos pregões eletrônico efetuou Estudo Técnico para a escolha da Plataforma mais vantajoso para o município, onde foi elaborado envolvendo as diversas áreas de soluções, negócios e tecnologia, dentro do que preceitua a Decisão 390/2014 do TCE-RO e da legislação vigente. Vale destacar que estabelecemos critérios técnicos de economicidade, transparência, modicidade das taxas cobradas, segurança, agilidade e eficiência, e após tabulados todos esses dados objetivos, avaliamos a legalidade da melhor escolha.

4.1.2 - Assim, uma das formas de manter a eficiência e a continuidade do serviço de disponibilização de plataforma de pregão eletrônico, através do estudo realizado, é a manutenção da plataforma já existente, que atende integralmente a finalidade e ao interesse público, bem como respeita a **Decisão 390/2014 do TCE-RO**.

4.1.3 - Portanto, à luz dos princípios administrativos da competência, moralidade e eficiência, não poderia haver melhor escolha senão a **LICITANET – Licitações On-Line**, como plataforma eletrônica para operacionalização dos pregões eletrônicos deste município, sendo a mais acertada.

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na minuta contratual e nos demais anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis ao certame.

5.2. Não cabe aos licitantes, após a abertura do certame, alegação de desconhecimento das regras editalícias ou reclamação quanto ao seu conteúdo, devendo os interessados ler atentamente o Edital e seus anexos antes da elaboração de suas propostas.

5.3. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão verificar a compatibilidade de sua atividade empresarial com o objeto licitado, bem como a possibilidade de atendimento integral das especificações constantes do Termo de Referência, especialmente quanto ao fornecimento de pneus novos, de primeiro uso, nas medidas, tipos, quantidades e condições exigidas para cada item.

5.4. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, com julgamento pelo critério de **menor preço por item**, possibilitando que cada licitante participe dos itens que sejam compatíveis com sua atividade, capacidade comercial, logística e técnica.

6. PODERÃO PARTICIPAR DESTA PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

6.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas regularmente estabelecidas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atendam às condições de participação, habilitação e proposta estabelecidas neste Edital e em seus anexos.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



6.2. A participação no Pregão Eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio da plataforma eletrônica **LICITANET**, cabendo aos interessados providenciar previamente seu credenciamento, login e senha de acesso, observadas as regras do provedor do sistema.

6.3. O objeto será disputado por **item**, conforme tabela consolidada constante do Termo de Referência, considerando a diversidade de medidas, tipos e aplicações dos pneus e a possibilidade de fornecimento independente de cada item.

6.4. Será concedido tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal aplicável.

6.5. Os itens cujo valor estimado individual seja de até **R\$ 80.000,00** serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, salvo hipótese legal ou justificativa expressa em sentido diverso, nos termos dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Para os itens de natureza divisível cujo valor estimado individual ultrapasse **R\$ 80.000,00**, poderá ser estabelecida cota reservada de até **25%** para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, quando tecnicamente viável, economicamente vantajoso e compatível com a competitividade e o interesse público.

6.7. A identificação dos itens de participação ampla, dos itens exclusivos e das eventuais cotas reservadas deverá constar da tabela do objeto, do Termo de Referência, da proposta e do sistema eletrônico, observada a análise individual de cada item.

6.8. A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fins de fruição dos benefícios legais, quando cabíveis.

6.9. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às empresas que preencham os requisitos legais, inclusive quanto ao limite de receita bruta e às demais condições de enquadramento previstas na legislação aplicável.

6.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances, declarações e demais atos praticados diretamente ou por seu representante.

6.10.1 – Para todas as empresas.

Mensal	Trimestral	Anual	Plano avulso
30 dias	90 dias	365 dias	Acesso a 1 único processo
R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00	R\$ 107,00

7. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

7.9. Pessoa jurídica reunidas em consórcio;

7.9.1. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se pela natureza do objeto, que será licitado por item, com fornecimento parcelado e sob demanda, não havendo complexidade técnica ou operacional que exija a reunião de empresas para atendimento da contratação.

7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. O impedimento de que trata o item 7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.2 e 7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata ou do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.15. O disposto nos itens 7.2 e 7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.17. A vedação de que trata o item 7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.18. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência decretada, dissolução ou liquidação, ou que esteja suspensa de licitar, impedida de contratar ou declarada inidônea perante a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, ressalvada a possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que apresente documentação que comprove sua aptidão econômico-financeira para cumprir as obrigações decorrentes da contratação.



7.19. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

7.19.1 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, observadas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como aquelas estabelecidas em Edital.

7.19.2 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, observadas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como aquelas estabelecidas em Edital.

7.19.3 Deve ser indicada a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração, onde fará o cadastro no portal <https://www.licitanet.com.br/>;

7.19.4 A empresa líder deverá apresentar termo de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.19.5 Os atos realizados no sistema de gestão pública deste município, serão realizados em nome da empresa líder, caso o consórcio não esteja constituído no momento da licitação, devendo ser realizado o lançamento no sistema de nova licitação a exemplo análogo das contratações de adesão a ata de registro de preços. A modificação deve ser realizada antes da formalização do contrato, o instrumento contratual deverá indicar todas empresas e ser pactuado na razão social e CNPJ do consórcio.

7.19.6 Para fins de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

7.19.7 Para fins de habilitação a empresa líder deve apresentar individualmente a documentação de todas as empresas compoem o consórcio, referente aos documentos constante no anexo II – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO, devendo ser mantidas as condições de habilitação em toda execução contratual;

7.19.8 As empresas reunidas em consórcio serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.19.9 Fica estabelecido para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o índice e valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, exceto quando os consórcios forem compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

7.19.10 O licitante vencedor será obrigado promover, antes da celebração do contrato, a constituição, devendo ser inscrever no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica e o registro do consórcio na junta comercial, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

7.19.11 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.19.12 É vedado a empresa consorciada participar, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

8 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1- O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) conduzir a sessão pública;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
- l) O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- m) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

9 – CREDENCIAMENTO JUNTO A PLATAFORMA LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

9.1 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.2 - O acesso do licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos, somente se dará mediante prévio cadastramento junto à plataforma LICITANET, observadas as regras operacionais, condições de acesso e eventuais custos de utilização definidos pelo provedor do sistema.

9.3 - O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

09.4 - É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

09.5 - O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

09.6 - As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633 e (34) 9807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

09.7 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO 06 para fins de habilitação**, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006).

09.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



10 – DA PARTICIPAÇÃO

10.1 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecido.

10.2 - Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão;

10.3 - Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: **(34) 3014-6633 - (34) 9807-6633** ou pelo e-mail **contato@licitanet.com.br**.

10.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a **Comissão de Pregão**, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

10.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

10.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário e total do item, conforme o critério de julgamento de menor preço por item adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

11.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 11.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 11.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 11.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 11.6. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 11.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 11.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 11.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 11.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 11.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 11.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o sistema acima.
- 11.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo próprio fornecedor no sistema.
- 11.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 11.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 11.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 11.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1. valor unitário e total do item;

12.1.2. marca;

12.1.3. fabricante;

12.1.4. descrição do objeto, contendo medida, tipo, aplicação e demais informações compatíveis com a especificação do Termo de Referência;

12.1.5. prazo de entrega;

12.1.6. prazo de validade da proposta.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Quanto às quantidades elencadas, não será admitida, no ato do cadastramento da proposta, a oferta de quantitativo inferior ao previsto para o respectivo item, obrigando-se o licitante aos limites e condições de sua proposta.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os pneus novos, de primeiro uso, conforme medidas, tipos, quantidades, marcas ofertadas, prazos e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

12.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

12.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

13. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico <https://licitanet.com.br>, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 13.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 13.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 13.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 13.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 13.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 13.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 13.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 13.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 13.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 13.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.
- 13.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 13.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 13.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 13.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 13.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 13.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 13.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 13.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 13.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 13.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br>.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



13.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

13.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

13.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

13.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

13.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

13.22.2.2. empresas brasileiras;

13.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

13.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 13.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 13.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 13.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 13.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 13.23.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS NO ÂMBITO MUNICIPAL E/OU REGIONAL

14.1. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, atendendo a Lei 123/2006 e a Lei Complementar 147/2014 e Lei Municipal nº 70/GAB/2018:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Parágrafo único. *No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier **legislação estadual, municipal** ou regulamento específico de cada órgão **mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte**, aplica-se a legislação federal. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)*

Art. 48. [...] I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#).

14.2. Cota exclusiva para ME, EPP e MEI – Itens com valores de até R\$ 80.000,00.

Art. 48. [...] I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#).

14.3. Cota Reservada – correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal;

Art. 48. III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#).

14.4.1. Os itens destinados à ampla participação, correspondentes à cota principal, quando houver, serão aqueles expressamente identificados na tabela do objeto, no Termo de Referência, no Anexo II – Modelo de Carta Proposta e no sistema eletrônico.

14.4.2. Os itens destinados à cota reservada, quando houver, corresponderão a até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do respectivo item de natureza divisível, destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, devendo estar vinculados ao respectivo item de cota principal.

14.4.3. Os itens cujo valor estimado individual seja de até R\$ 80.000,00 serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, salvo hipótese legal de não aplicação do benefício devidamente justificada nos autos.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



14.5. A licitação poderá observar preferência de contratação para microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, quando cabível, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 70/GAB/2018, Lei Complementar Municipal nº 80/GAB/2021 e demais normas aplicáveis, desde que respeitados os limites legais, a economicidade, a competitividade e a vantajosidade para a Administração.

14.6. Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º, a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Art. 34, § 4º, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018) e (Art. 48, § 3º da Lei Complementar 123/2006, *Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014*).

14.7. Para efeito desta Lei, considera-se: (Art. 34, § 5º, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018).

*I. **Âmbito local**, os limites geográficos do Município de Costa Marques.*

*II. **Âmbito regional**, compreendendo todos os municípios do Estado de Rondônia. (Alterado pela Lei Compl. Municipal nº 80/GAB/2021).*

*a) **Será concedida prioridade de contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local até o limite de dez por cento do melhor preço válido** apresentado pelas empresas não local, em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local sejam superiores ao menor preço;*

*b) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local, a prioridade passa para as empresas do **Âmbito Regional** de Costa Marques até o limite de dez por cento do melhor preço válido em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no **Âmbito Regional**, sejam superiores ao menor preço das empresas remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora da Região de Costa Marques em ordem classificatória;*

14.8. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta ou mista, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas. (Art. 35, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018).

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

15.2. O Pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca, fabricante, medida, tipo, aplicação e demais especificações técnicas dos pneus ofertados com as exigências contidas neste Edital e no Termo de Referência, bem como a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para cada item.

15.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

15.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.



16. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

16.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

16.1.1. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão da pregoeira, ambas as opções devidamente justificadas.

16.1.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 16.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

16.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do pregoeiro, deverá obedecer às previstas no **item 12** e subitens deste Edital.

16.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, fabricante, procedência, medida, tipo, aplicação, índice de carga, índice de velocidade, data de fabricação — DOT, catálogos, fichas técnicas, certificações, etiqueta de conformidade, termo de garantia ou outros documentos equivalentes, encaminhados por meio eletrônico, ou por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

16.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.5. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

16.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

16.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

16.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS:

16.8.1. Nos casos em que a Pregoeira constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

16.8.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

16.8.3. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

16.8.4. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério da pregoeira que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;



17. DA FASE DE JULGAMENTO:

17.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- e) **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);
- f) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas indicadas nas alíneas “b” e “c” deste item pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

17.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

17.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

17.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

17.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

17.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

17.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

17.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 13 e 14 deste edital.

17.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

17.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 17.7.1. conter vícios insanáveis;
- 17.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 17.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 17.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



17.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

17.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

17.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

17.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

17.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

17.10. Caso o valor estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em valores unitários por item, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar proposta detalhada ou planilha adequada ao valor final ofertado, contendo os respectivos valores unitários e totais por item, sob pena de não aceitação da proposta.

17.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poder ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

17.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

17.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

17.12. Quando necessário à análise da conformidade da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar documentos técnicos do produto ofertado, tais como catálogos, fichas técnicas, certificações, termo de garantia, identificação do fabricante, etiqueta de conformidade, gravações no flanco do pneu ou documento equivalente, conforme previsto no Termo de Referência.

17.13. A solicitação de documentos técnicos complementares terá por finalidade verificar se o pneu ofertado atende às especificações do respectivo item, especialmente quanto à medida, tipo, aplicação, marca, fabricante, índice de carga, índice de velocidade, data de fabricação — DOT — e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do produto.

17.14. O resultado da análise da conformidade técnica será registrado no sistema eletrônico ou nos autos do processo, podendo o Pregoeiro solicitar manifestação da área técnica demandante sempre que necessário.

18. DA FASE DE HABILITAÇÃO

18.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital:

18.2. Os documentos previstos no Termo de Referência e ou Edital necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

18.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



18.3.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

18.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

18.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

18.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

18.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

18.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

18.8. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

18.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf ou cadastro da Prefeitura, serão enviados por meio do sistema licitanet, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) HORAS ÚTEIS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a).

18.9.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

18.10. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto na Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

18.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

18.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

18.13. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

18.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

18.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

18.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

18.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



18.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 18.9.

18.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

18.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

18.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

18.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

18.21. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. **Relação de documentos para fins de habilitação está no anexo 03 deste Edital.**

19 – ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital desta licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, manifestando-se **por meio eletrônico** via portal (licitanet) e ou e-mail: supel.costamarques.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito) **ou ainda**, protocolar o original junto a Prefeitura Municipal de Costa Marques, no horário das 07h30min. às 13h30min. de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Chianca, n.º 1381 – Centro, em Costa Marques/RO - CEP: 76.937-000.

19.1.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

19.1.2. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

19.1.3. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na Lei.

19.1.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro, no prazo estabelecido no item 19.1.1.

20. DOS RECURSOS

20.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.1.1. Após o julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, será disparado o aviso de intenção de recurso no chat do sistema, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer com registro da síntese das suas razões dentro do prazo de **15 (quinze) minutos** clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**. Sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 20.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 20.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 20.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 20.1.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 20.1.6. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 20.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 20.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 20.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 20.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 20.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 20.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico LICITANET e sítio do município www.costamarques.gov.br, o portal de transparência do município <https://transparencia.costamarques.ro.gov.br/>.

21. DAS INFRAÇÕES E SANSÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 e 162 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 21.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 21.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 21.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 21.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 21.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



21.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

21.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem **21.1.1** deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens **21.1.1 a 21.1.12**;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, no caso da infração do subitem **21.1.3**;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens **21.1.2 a 21.1.7** deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **21.1.8 a 21.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

f) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "b", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22– DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. O Sistema de Registro de Preços – SRP para futura e eventual aquisição de pneus destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais participantes obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



Decreto Federal nº 11.462/2023, no Decreto Municipal nº 1171/GAB/2024, nas disposições deste Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e demais normas aplicáveis.

22.2. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

- 22.2.1. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- 22.2.2. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- 22.2.3. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo; ou
- 22.2.4. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

22.3. O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 22.3.1. existência de projeto padronizado sem complexidade técnica e operacional;
- 22.3.2. necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e
- 22.3.3. haja compromisso da secretaria municipal, do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

22.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

22.5. Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação ou outro instrumento hábil.

22.6 - Uma vez registrados os preços, o Município poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os itens ora licitados, na forma e condições fixadas no presente Edital e na ATA de Registro de Preços.

23 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E VIGÊNCIA

23.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

23.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

23.4. No caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os quantitativos deverão observar o saldo remanescente e as condições legalmente admitidas, vedado o acréscimo automático dos quantitativos originalmente registrados sem previsão legal, justificativa formal e demonstração de vantajosidade para a Administração.

23.5. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

23.6. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelos licitantes vencedores;

23.7. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

- 23.7.1. o registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



caput deste artigo, nos incisos II, IV e V do art. 78, no inciso III do art., e no art. 82, todos deste Regulamento;
23.7.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º do caput deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
23.7.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o § 4º do caput deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

23.8. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

23.9. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

23.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

23.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

23.12. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

23.13. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Sítio Oficial do Município;

23.14. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

23.15. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista neste Edital.

24 – DA REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

24.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

24.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

24.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

25. DA CLASSIFICAÇÃO

25.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro classificará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação da autoridade competente.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



25.2 - No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para classificação e homologação do resultado da licitação.

26. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

26.1. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser formalizada por meio de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente, conforme o caso, observadas as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na Lei nº 14.133/2021.

26.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, poderá ser formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;

26.3. Sendo formalizado, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

26.5. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

26.6. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

27. DA ASSINATURA DO CONTRATO

Convocação para a assinatura do termo de contrato e ou da ata de registro de preços.

27.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

27.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

27.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

27.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 27.3. a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

27.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, observado o valor estimado para a contratação;

27.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



27.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

27.6. A regra do item 27.4. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 27.4.1.

27.7. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

27.8. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 27.1. deste edital.

27.9. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

28 – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS INSTRUMENTOS DECORRENTES

28.1. A execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

28.2. A fiscalização deverá verificar se os pneus entregues correspondem aos itens solicitados na Ordem de Fornecimento, especialmente quanto à medida, tipo, quantidade, marca ofertada, data de fabricação — DOT, documentação de garantia, certificações, marcações, etiquetagens e requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.

28.3. Demais condições de gestão e fiscalização observarão o Termo de Referência, especialmente o item referente ao modelo de gestão e fiscalização da contratação.

29 – DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES

29.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos pneus, o recebimento definitivo dos itens efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo fiscal ou comissão responsável, juntamente com as certidões exigidas para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada.

29.2. O pagamento dos materiais desta licitação serão efetuados através de crédito em conta corrente do licitante vencedor. Para fazer jus ao pagamento, a **empresa vencedora deverá comprovar e manter sua adimplência** com a seguridade social (CND - INSS), com o FGTS (CRF) e **demais requisitos de habilitação**, estabelecidas no presente Edital.

29.3. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes referências: nome do Banco, número e nome da Agência, e número da conta corrente da contratada.

29.4. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

29.5. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado;

29.6. Os preços serão considerados pelo valor global/total para cada **ITEM** cotado, expressos em moeda corrente no país. Devendo o licitante especificar os valores unitários e totais por item, e os preços unitários deverão constar com no máximo 2 (dois) dígitos após a vírgula e não serão aceitos com dizima periódica. No valor global/total os preços deverão constar com apenas 2 (dois) dígitos após a vírgula;



29.7. Demais condições de medição e pagamento observarão o item próprio do Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a Ordem de Fornecimento, a Nota de Empenho ou instrumento equivalente e a Lei nº 14.133/2021.

30 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. Na licitação para Registro de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme a demanda efetiva da Secretaria Municipal requisitante.

30.1.1. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais participantes, conforme disponibilidade orçamentária e financeira existente no momento de cada contratação específica.

31 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

31.1 Os pneus deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO ou em outro local indicado pela Administração na respectiva Ordem de Fornecimento, podendo a entrega ocorrer em garagem municipal, oficina, pátio, unidade administrativa, Secretaria requisitante ou outro endereço expressamente informado.

31.2 Os pneus solicitados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente definido pela Administração.

31.3 A quantidade a ser entregue, será observada conforme solicitação e conveniência da Secretaria solicitante, independente de quantidade mínima estabelecida pela empresa licitante, no endereço exposto na ordem de fornecimento.

31.4 A contratada comprometer-se-á a garantir a qualidade dos pneus fornecidos, bem como a substituir, às suas expensas, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações, com avarias, vícios aparentes, sinais de uso, data de fabricação superior ao limite admitido, medida incompatível, ausência de identificação obrigatória ou qualquer desconformidade técnica.

31.5 Demais condições de prazo, local e entrega observarão o item próprio do Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços e a respectiva Ordem de Fornecimento.

32 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

32.1. O recebimento dos pneus observará as condições previstas no Termo de Referência, devendo ser realizado por servidor ou comissão designada, mediante conferência da quantidade, medida, tipo, marca ofertada, data de fabricação — DOT, integridade física, documentação de garantia, certificações, marcações, etiquetagens e requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.

32.2. Os pneus entregues em desacordo com as especificações, com vícios aparentes, avarias, sinais de uso, data de fabricação superior ao limite admitido, medida incompatível, ausência de marcações obrigatórias ou qualquer desconformidade técnica deverão ser recusados pela Administração, cabendo à contratada providenciar a substituição sem ônus adicional ao Município.



33 – DA GARANTIA

33.1. Os pneus fornecidos deverão possuir garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, observadas a garantia legal e a garantia comercial eventualmente ofertada pelo fabricante, contadas a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração.

33.1.1. A garantia deverá abranger defeitos que comprometam a segurança, integridade, durabilidade ou desempenho esperado do pneu, desde que não decorrentes de mau uso, instalação inadequada, danos acidentais, desgaste natural, uso incompatível com a finalidade do produto ou ausência de manutenção adequada do veículo.

33.2. Sendo procedente a reclamação em garantia, a contratada deverá substituir o pneu defeituoso por outro novo, de mesma medida, tipo, aplicação e especificação técnica, sem qualquer ônus adicional para a Administração, incluindo custos de transporte, frete, retirada, entrega ou demais despesas necessárias à substituição.

33.3. Demais condições de garantia, assistência técnica e substituição dos produtos observarão o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente e a legislação aplicável.

34 - DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATANTE

34.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa entregar os pneus solicitados de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

34.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

34.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos pneus, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

34.4 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais desconformidades, vícios, avarias, divergências de medida, tipo, marca ofertada, DOT ou demais irregularidades verificadas na entrega dos pneus, fixando prazo para correção ou substituição.

34.5 Pagar à CONTRATADA o valor correspondente aos pneus efetivamente entregues, recebidos definitivamente e aceitos pela Administração, na forma do contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

34.6 Zelar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, e ou contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

34.7. Não permitir que os funcionários da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato ou outro documento equivalente.

34.8. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

34.9. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

34.10. Demais obrigações da contratante observarão o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente e a legislação aplicável.

35 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

35.1 Entregar os pneus conforme especificações, medidas, tipos, quantidades, marcas ofertadas, valores registrados e condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta aceita e na respectiva Ordem de Fornecimento.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



35.2 É dever da contratada fornecer pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não reconicionados, sem avarias, deformações, sinais de uso anterior, defeitos aparentes ou qualquer condição incompatível com as especificações exigidas.

35.3 Substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, os pneus que apresentarem vícios, defeitos, avarias, divergência de medida, tipo incompatível, DOT superior ao limite admitido, ausência de identificação obrigatória ou qualquer desconformidade técnica, no prazo fixado pela Administração.

35.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;

35.5 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus funcionários, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município de Costa Marques ou a terceiros;

35.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

35.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento ou da entrega dos pneus.

35.8 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de preços, e ou do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

35.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na futura Ata de Registro de Preços, sem a devida autorização do contratante;

35.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se deve a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto.

35.11. Demais obrigações da contratada observarão o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a Ordem de Fornecimento, a proposta aceita e a legislação aplicável.

36. DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura do Município de Costa Marques – RO., revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Prefeitura do Município de Costa Marques - RO poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

36.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

36.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

36.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

36.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 36.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 36.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa oficial desta Prefeitura;
- 36.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 36.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 36.10. Em caso de divergência entre as especificações técnicas constantes do sistema eletrônico e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão as especificações do Termo de Referência. Quanto às regras procedimentais do certame, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 36.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 36.12. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;
- 36.13. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
- 36.14. Não cabe à **LICITANET – Licitações On-line** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 36.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Costa Marques - RO considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;
- 36.16. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 7:30hs às 13:30horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Sala da Superintendência de Licitação, localizado na Prefeitura do Município de Costa Marques -RO, para melhores esclarecimentos.
- 36.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 36.18. Demais condições gerais de execução do objeto, não dispostas neste Edital, encontram-se definidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, anexos a este Edital de Pregão Eletrônico.**
- 36.19. Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Costa Marques, 30 de junho de 2026.

Altair Ortis
Pregoeiro
Decreto nº 455/GAB/2025



ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

0001373.22.04-2025 ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO**, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A contratação será destinada ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais participantes, visando garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota oficial, a segurança dos usuários e servidores, a adequada trafegabilidade dos veículos e a continuidade dos serviços públicos municipais.
- 1.3. Os pneus a serem adquiridos deverão ser obrigatoriamente **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados**, devendo atender às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 1.4. A contratação será processada por meio de **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, considerando a natureza comum dos bens, a possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas e a necessidade de futuras aquisições parceladas conforme demanda efetiva das Secretarias Municipais participantes.
- 1.5. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto, a diversidade de medidas, tipos e aplicações dos pneus, bem como a possibilidade de fornecimento independente de cada item, sem prejuízo técnico ou operacional à Administração.
- 1.6. O quantitativo total estimado da contratação corresponde a **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme tabela consolidada constante deste Termo de Referência.
- 1.7. O valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, conforme média de preços lançada nos



autos, devendo a análise de aceitabilidade das propostas observar o valor estimado individual de cada item.

- 1.8.** A existência da futura Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo as contratações ocorrerem conforme a necessidade efetiva de cada Secretaria Municipal participante, disponibilidade orçamentária, saldo registrado por item e emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 1.9.** O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, conforme as solicitações formalizadas pela Administração, observados os prazos, locais de entrega, condições de recebimento, obrigações da contratada e demais exigências previstas neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços.
- 1.10.** Este Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar, nos Documentos de Formalização de Demanda apresentados pelas Secretarias Municipais participantes, na tabela consolidada de pneus por item, na pesquisa de preços e na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

- 2.1.** A presente contratação possui natureza multissetorial, tendo em vista que visa atender à frota de veículos vinculada a diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Costa Marques/RO.
- 2.2.** Figuram como unidades requisitantes/participantes da contratação:

Unidade requisitante/participante	Sigla	Responsável indicado
Secretaria Municipal de Educação	SEMEC/SEMECEL	Rosangela Jacintho de Lima
Secretaria Municipal de Agricultura	SEMAGRI	Enéias Zangrandi
Secretaria Municipal de Assistência Social	SEMASC	Joelma Freitas de Lima
Secretaria Municipal de Saúde	SEMSAU	Welcklen Silva de Jesus
Secretaria Municipal de Obras	SEMOSP	Enéias Zangrandi

- 2.3.** As Secretarias Municipais participantes são responsáveis pela indicação de suas respectivas demandas, incluindo as medidas, tipos, aplicações e quantitativos estimados de pneus necessários à manutenção preventiva e corretiva da frota sob sua responsabilidade.



- 2.4. A consolidação das demandas apresentadas pelas unidades requisitantes resultou no quantitativo total estimado de **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme tabela consolidada constante deste Termo de Referência.
- 2.5. A Superintendência Municipal de Licitações — SUPEL atuará no apoio técnico-administrativo da fase preparatória e na condução do procedimento licitatório, observadas suas competências institucionais e a legislação aplicável.
- 2.6. A contratação será formalizada mediante **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, possibilitando que cada Secretaria participante realize futuras aquisições conforme necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária e saldo registrado na Ata de Registro de Preços.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. A presente contratação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, especialmente quanto à fase preparatória, ao planejamento da contratação, à definição do objeto, ao julgamento objetivo, à seleção da proposta mais vantajosa e à execução contratual.
- 3.2. O objeto enquadra-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos pneus podem ser objetivamente definidos no edital e neste Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.
- 3.3. A modalidade adotada será o **Pregão Eletrônico**, por se tratar de aquisição de bens comuns, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis.
- 3.4. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços**, com fundamento nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza futura, eventual, parcelada e variável da demanda por pneus, bem como a necessidade de atendimento de múltiplas Secretarias Municipais participantes.
- 3.5. A contratação observará, ainda, o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à estimativa de preços, devendo a média de preços permanecer estruturada por item, com indicação dos valores unitários, valores totais, quantitativos, fontes consultadas e metodologia adotada.



3.6. Quanto ao parcelamento do objeto, deverão ser observados os princípios da competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, adotando-se o julgamento por **menor preço por item**, em razão da natureza divisível do objeto e da possibilidade de fornecimento independente de cada medida e tipo de pneu.

3.6.1. A opção pelo julgamento por item também encontra respaldo na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que orienta a adjudicação por item nos objetos divisíveis, sempre que não houver prejuízo ao conjunto da contratação ou perda de economia de escala, reforçando a necessidade de evitar agrupamentos que restrinjam indevidamente a competitividade.

3.7. A aplicação de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte — **ME/EPP** observará a **Lei Complementar nº 123/2006**, especialmente quanto à análise, item a item, da possibilidade de itens exclusivos, cotas reservadas ou demais benefícios legais, desde que compatíveis com o mercado, a competitividade e a vantajosidade da contratação. A LC nº 123/2006 institui normas gerais de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Para fins de aplicação do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser observados os arts. 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006. O art. 47 estabelece a diretriz geral de tratamento diferenciado e simplificado; o art. 48, inciso I, prevê licitação exclusiva para ME/EPP nos itens de até R\$ 80.000,00; o art. 48, inciso III, admite cota de até 25% para bens divisíveis; e o art. 49 disciplina as hipóteses em que tais benefícios não se aplicam, especialmente quando não houver competitividade suficiente ou quando a medida não for vantajosa para a Administração.

3.8. A contratação também deverá observar, no que couber, a **Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor**, especialmente quanto à qualidade, segurança, garantia, vícios do produto, responsabilidade do fornecedor e substituição de bens defeituosos ou em desconformidade.

3.9. Quanto aos aspectos ambientais, deverão ser observadas as normas aplicáveis à destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, à logística reversa e à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, especialmente a legislação ambiental pertinente e as normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes.

3.10. No âmbito municipal, deverão ser observadas as competências da **Superintendência Municipal de Licitações — SUPEL**, especialmente quanto ao apoio na elaboração dos documentos da fase



preparatória, condução dos procedimentos licitatórios, pesquisas de preços, editais, registros de preços e demais atos relacionados às contratações públicas municipais. A Lei Municipal nº 1.198/2025 atribui à SUPEL funções de planejamento, gerenciamento, execução das compras e auxílio na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares.

- 3.11. Aplicam-se, ainda, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade, julgamento objetivo, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.
- 3.12. As demais normas federais, estaduais e municipais relacionadas à execução orçamentária, responsabilidade fiscal, controle interno, gestão contratual, sanções administrativas, sustentabilidade e fiscalização deverão ser observadas quando aplicáveis ao caso concreto.

4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO**, conforme condições, especificações, quantitativos, requisitos técnicos e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 4.2. A contratação abrangerá pneus destinados a veículos administrativos, motocicletas, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos oficiais utilizados pelas Secretarias Municipais participantes.
- 4.3. Os pneus deverão ser fornecidos por **unidade**, conforme o item registrado na futura Ata de Registro de Preços, observando-se a respectiva medida, tipo, quantidade, aplicação, valor unitário registrado, condições de entrega, garantia e demais requisitos técnicos aplicáveis.
- 4.4. O quantitativo total estimado da contratação corresponde a **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme tabela consolidada constante deste Termo de Referência.
- 4.5. O valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, conforme média de preços lançada nos autos, devendo a análise de aceitabilidade das propostas observar os valores unitários estimados de cada item.



- 4.6. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto, a diversidade de medidas e aplicações dos pneus e a possibilidade de fornecimento independente de cada item.
- 4.7. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, permitindo futuras aquisições parceladas, conforme necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes, saldo registrado por item e disponibilidade orçamentária no momento de cada contratação específica.
- 4.8. A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo cada solicitação de fornecimento observar a demanda real da Secretaria requisitante, o interesse público, o saldo disponível e a emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 4.9. Os pneus deverão ser obrigatoriamente **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados**, livres de vícios, avarias, deformações, sinais de uso anterior ou qualquer condição incompatível com a finalidade do objeto.
- 4.10. Cada item deverá atender às especificações técnicas indicadas neste Termo de Referência, especialmente quanto à medida, tipo, aplicação, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, data de fabricação — DOT, certificações, marcações, etiquetas e demais requisitos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 4.11. A contratação restringe-se ao fornecimento dos pneus, não abrangendo, salvo previsão expressa diversa, serviços de montagem, desmontagem, alinhamento, balanceamento, cambagem, manutenção mecânica, borracharia ou substituição de componentes acessórios da frota.
- 4.12. A aquisição dos pneus integra a política de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, visando garantir segurança, trafegabilidade, continuidade dos serviços públicos, economicidade e preservação do patrimônio público.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

- 5.1. As especificações técnicas dos pneus foram definidas com base nas demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes, observando-se as medidas, tipos, aplicações e quantitativos necessários à manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Costa Marques/RO.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 5.2. Cada item da contratação corresponde a uma medida e tipo de pneu, devendo ser fornecido em unidade, conforme tabela consolidada constante deste Termo de Referência.
- 5.3. Os pneus deverão ser compatíveis com os veículos e equipamentos aos quais se destinam, considerando a categoria de uso, capacidade operacional, tipo de terreno, regime de utilização, exigência de tração, resistência, índice de carga, índice de velocidade e demais características técnicas aplicáveis.
- 5.4. A contratação contemplará pneus para diferentes categorias de veículos e equipamentos públicos, incluindo motocicletas, veículos leves, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos oficiais das Secretarias Municipais participantes.
- 5.5. Todos os pneus deverão ser **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados**, livres de vícios, avarias, deformações, sinais de uso anterior ou qualquer condição que comprometa sua segurança, durabilidade ou desempenho.
- 5.6. Os pneus deverão apresentar identificação legível, no corpo do produto, embalagem ou documentação técnica correspondente, contendo, quando aplicável, marca, dimensão, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, data de fabricação — DOT — e demais marcações obrigatórias exigidas para a respectiva categoria do produto.
- 5.7. A data de fabricação dos pneus, identificada pelo código DOT ou marcação equivalente, não poderá ser superior ao prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, recomendando-se o fornecimento de produtos de fabricação recente, a fim de preservar a segurança e a vida útil da borracha.
- 5.8. Os produtos deverão atender às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do pneu, inclusive quanto ao INMETRO, quando cabível, vedada a exigência uniforme de requisito técnico que não seja obrigatório ou usual para todas as categorias abrangidas pela contratação.
- 5.9. A Administração poderá exigir, na fase de aceitação da proposta ou no ato de recebimento, catálogo técnico, ficha técnica, certificação, termo de garantia, gravações no flanco do pneu, etiqueta de conformidade ou documento equivalente que comprove o atendimento às especificações do item ofertado.
- 5.10. A tabela consolidada dos quantitativos deverá conter a identificação do item, descrição/medida, tipo, quantitativo por Secretaria participante e total geral, mantendo compatibilidade com a planilha de média de preços e com o Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 5.11. O quantitativo total estimado é de **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme consolidação das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes.
- 5.12. A organização por item deverá ser mantida em todos os documentos da contratação, inclusive Termo de Referência, edital, planilha de preços, proposta, adjudicação, homologação e Ata de Registro de Preços, de modo a assegurar julgamento individualizado e controle específico dos saldos registrados.
- 5.13. Não será admitida substituição de medida, tipo, aplicação ou especificação técnica do item ofertado sem prévia análise e aceitação formal da Administração, devendo qualquer produto entregue corresponder exatamente ao item registrado e solicitado na Ordem de Fornecimento.
- 5.14. Os itens entregues em desacordo com as especificações técnicas, com vícios aparentes, avarias, sinais de uso, ausência de identificação obrigatória, data de fabricação superior ao limite admitido ou incompatibilidade com a Ordem de Fornecimento deverão ser recusados, cabendo à contratada providenciar a substituição sem ônus para a Administração.
- 5.15. A tabela consolidada de pneus por item, apresentada no tópico seguinte, constitui a base quantitativa da contratação e deverá ser observada para fins de pesquisa de preços, julgamento das propostas, formalização da Ata de Registro de Preços, emissão de ordens de fornecimento e controle dos saldos.

6. TABELA CONSOLIDADA DE PNEUS POR ITEM

- 6.1. Considerando as demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes, os pneus foram organizados por item, de acordo com a medida, tipo e quantitativo estimado por Secretaria, conforme consolidação abaixo:

CONSOLIDADO DE PNEUS POR ITEM – PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES/RO

It	Descrição / Medida	Tipo	SEMECE L	SEMAS C	SEMOS P	SEMAG RI	SEMSA U	Total Geral
1	60/100-17	Dianteiro moto	0	0	0	0	115	115
2	80/100-14	Traseiro moto	0	0	0	0	115	115



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



3	90/90-21	Dianteiro moto	0	0	0	0	15	15
4	110/80-18	Traseiro moto	0	0	0	0	15	15
5	90/90-19	Borrachudo	0	0	0	1	0	1
6	90/90-19	Misto moto	0	0	0	1	0	1
7	100/90-17	Borrachudo	0	0	0	2	0	2
8	175/65 R13	Liso	0	0	0	10	0	10
9	175/65 R14	Misto	0	0	32	0	0	32
1	175/70 R13	Liso	0	0	0	0	80	80
1	175/70 R14	Liso	0	0	0	20	0	20
1	175/75 R14	Liso	0	0	0	0	140	140
1	185/60 R15	Liso	0	8	0	0	0	8
1	195/65 R15	Liso	0	0	0	10	0	10
1	205/55 R16	Misto	0	0	32	0	20	52
1	205/60 R15	Liso	0	8	0	0	0	8
1	205/60 R16	Liso	0	0	0	0	20	20
1	215/65 R16	Liso	0	0	0	0	20	20
1	215/75 R17.5 Borrachudo	Borrachudo	4	0	0	0	36	40
2	215/75 R17.5 Liso	Liso	2	8	0	22	0	32
2	225/65 R16	Liso	4	0	0	0	240	244
2	235/70 R16	Liso	4	0	0	0	0	4



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



2	235/75 R15.5 Borrachudo	Borrachudo	4	0	0	0	0	4
2	235/75 R15.5 Liso	Liso	2	0	0	0	0	2
2	255/55 R18	Misto	0	0	72	0	0	72
2	255/60 R18	Misto	0	0	0	0	8	8
2	265/60 R18	Liso	4	0	0	0	0	4
2	265/65 R17	Misto	0	16	16	0	0	32
2	265/70 R16	Liso	0	0	0	0	20	20
3	275/80 R22.5 Borrachudo	Borrachudo	64	0	0	0	0	64
3	275/80 R22.5 Liso	Liso	32	0	0	0	0	32
3	1000-20	Liso	0	0	16	8	0	24
3	1000-20	Borrachudo	0	0	64	20	0	84
3	12.5/80-18	Borrachudo	0	0	40	18	0	58
3	12-16.5	Borrachudo	0	0	0	10	0	10
3	12.16-5N	Liso	0	0	4	0	0	4
3	12.16-5N	Borrachudo	0	0	20	0	0	20
3	12.4-24	Borrachudo	0	0	0	20	0	20
3	12.80-621	Borrachudo	0	0	60	0	0	60



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



4	14.00-24	Liso	0	0	10	0	0	10
4	14.00-24	Borrachudo	0	0	134	36	0	170
4	17.5-25	Liso	0	0	12	0	0	12
4	17.5-25	Borrachudo	0	0	152	28	0	180
4	18.4-30	Borrachudo	0	0	0	20	0	20
4	19.5L-24	Liso	0	0	8	0	0	8
4	19.5L-24	Borrachudo	0	0	20	10	0	30
4	235.70-16	Borrachudo	0	0	48	0	0	48
4	295/22.5	Liso	0	0	36	16	0	52
4	295/22.5	Borrachudo	0	0	144	40	0	184
5	6.50-16 (grade)	Borrachudo	0	0	0	20	0	20
Total Geral			120	40	920	312	844	2.236

- 6.2.** A tabela consolidada de pneus por item deverá ser utilizada como base para a pesquisa de preços, elaboração do edital, apresentação das propostas, julgamento do certame, adjudicação, homologação, formalização da Ata de Registro de Preços e controle dos saldos registrados.
- 6.3.** Cada item será disputado de forma individualizada, com análise própria de preço, especificação técnica, aceitabilidade da proposta e fornecedor vencedor, observando-se o critério de julgamento pelo **menor preço por item**.
- 6.4.** A organização por item não implica obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo as futuras contratações ocorrerem conforme necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes, disponibilidade orçamentária e saldo registrado para cada item.



6.5. Deverá haver plena compatibilidade entre esta tabela, a planilha de média de preços, o Estudo Técnico Preliminar, o edital, a Ata de Registro de Preços e as futuras ordens de fornecimento.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base na média de preços lançada nos autos, elaborada pelo setor competente, considerando os valores unitários e totais estimados para cada item que compõe o objeto.

7.2. O valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, referente ao quantitativo total estimado de **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme tabela consolidada constante deste Termo de Referência.

7.3. A estimativa considera o fornecimento de pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados, destinados à frota das Secretarias Municipais participantes, observadas as medidas, tipos, quantitativos, aplicações, certificações, marcações e demais requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.

7.4. Considerando que o critério de julgamento será o **menor preço por item**, os valores estimados deverão ser utilizados como referência máxima de aceitabilidade das propostas em relação a cada item individualmente considerado.

7.5. A análise de aceitabilidade não deverá se limitar ao valor global da contratação, devendo ser verificada a compatibilidade do preço ofertado para cada item, a fim de evitar sobrepreço, distorções internas, propostas inexequíveis ou compensações indevidas entre itens de maior e menor valor.

7.6. A planilha de preços deverá apresentar os valores de forma individualizada, contemplando, no mínimo:

Informação mínima	Descrição
Item	Número sequencial do item
Descrição / medida	Identificação técnica do pneu
Tipo	Liso, misto, borrachudo, dianteiro, traseiro ou outro tipo aplicável
Unidade	Unidade



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



Quantidade estimada	Quantidade total prevista para o item
Valor unitário estimado	Valor médio unitário apurado na pesquisa de preços
Valor total estimado	Quantidade multiplicada pelo valor unitário estimado

7.7. A memória de cálculo do valor total de cada item deverá observar a seguinte fórmula:

Valor total do item = quantidade estimada do item × valor unitário estimado do item

7.8. A memória de cálculo do valor global estimado corresponderá à soma dos valores totais estimados de todos os itens:

Valor global estimado = soma dos valores totais estimados dos itens = R\$ 3.500.951,39

7.9. A adjudicação por item não altera o quantitativo total estimado de **2.236 pneus**, nem o valor global estimado da contratação, servindo apenas para permitir disputa individualizada, ampliar a competitividade e possibilitar melhor aproveitamento das propostas apresentadas.

7.10. O valor global estimado não implica obrigação de aquisição integral dos quantitativos previstos, tendo em vista que a contratação será realizada pelo **Sistema de Registro de Preços**, com fornecimento parcelado e sob demanda, conforme necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes, disponibilidade orçamentária e saldo registrado para cada item.

7.11. A planilha de média de preços deverá permanecer juntada aos autos, estruturada por item, com indicação dos valores unitários, valores totais, quantitativos, fontes consultadas e metodologia adotada, de modo a subsidiar o julgamento pelo menor preço por item e a análise individual da aceitabilidade das propostas.

7.12. Caso seja identificada divergência entre a planilha de preços, o Estudo Técnico Preliminar, este Termo de Referência, o edital ou a Ata de Registro de Preços, deverá ser realizada a compatibilização dos documentos antes da publicação do certame, preservando a coerência entre descrição, quantitativo, valor unitário, valor total e critério de julgamento.

8. PESQUISA DE PREÇOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 8.1. A pesquisa de preços foi realizada com a finalidade de aferir a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, subsidiar a definição do valor de referência da contratação e estabelecer parâmetro objetivo para análise de aceitabilidade das propostas.
- 8.2. A média de preços foi elaborada pelo setor competente, com base em fontes compatíveis com o objeto, considerando pneus novos, de primeiro uso, com medidas, tipos e características equivalentes às previstas neste Termo de Referência.
- 8.3. Considerando que o critério de julgamento será o **menor preço por item**, a pesquisa de preços deverá permanecer estruturada de forma individualizada, contemplando o valor unitário médio e o valor total estimado de cada item.
- 8.4. A memória de cálculo de cada item observará a seguinte fórmula:

Valor total do item = quantidade estimada do item × valor unitário médio do item

- 8.5. A memória de cálculo do valor global estimado corresponderá à soma dos valores totais estimados de todos os itens:

Valor global estimado = soma dos valores totais estimados dos itens

- 8.6. Conforme média de preços lançada nos autos, o valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, referente ao quantitativo total estimado de **2.236 pneus**.

- 8.7. A planilha de média de preços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

Campo	Informação exigida
Item	Número sequencial do item
Descrição / medida	Identificação técnica do pneu
Tipo	Liso, misto, borrachudo, dianteiro, traseiro ou outro tipo aplicável
Unidade	Unidade
Quantidade	Quantidade estimada do item



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



Valor unitário médio	Média apurada na pesquisa de preços
Valor total do item	Quantidade multiplicada pelo valor unitário médio
Fontes consultadas	Origem dos preços utilizados
Metodologia	Forma de cálculo adotada

- 8.8. A análise de aceitabilidade das propostas deverá observar o valor estimado individual de cada item, não sendo suficiente a análise apenas do valor global da contratação.
- 8.9. A verificação individual por item tem por finalidade evitar sobrepreço, proposta inexequível, distorção interna de valores ou compensação indevida entre itens de maior e menor valor.
- 8.10. A variação de preços entre os itens é compatível com a natureza do objeto, considerando que a contratação contempla pneus de diferentes medidas, aplicações, capacidades, categorias e finalidades de uso.
- 8.11. Pneus destinados a motocicletas, veículos leves, utilitários, ambulâncias, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores e implementos agrícolas podem apresentar diferenças significativas de preço em razão da medida, construção, índice de carga, aplicação, disponibilidade de mercado e logística de fornecimento.
- 8.12. A planilha de média de preços deverá permanecer juntada aos autos e compatível com o Estudo Técnico Preliminar, com este Termo de Referência, com o edital e com a futura Ata de Registro de Preços.
- 8.13. Caso seja identificada divergência entre descrição, quantitativo, valor unitário, valor total ou critério de julgamento, a inconsistência deverá ser corrigida antes da publicação do edital, com a devida compatibilização dos documentos da fase preparatória.
- 8.14. A pesquisa de preços e a memória de cálculo servirão como base para a definição dos valores estimados, análise da vantajosidade, aceitabilidade das propostas, adjudicação por item e controle dos saldos da futura Ata de Registro de Preços.
- 8.15. Conclui-se que a pesquisa de preços, estruturada por item, confere suporte adequado à estimativa do valor da contratação, ao julgamento pelo menor preço por item e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9. CERTIFICAÇÃO, MARCAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS DOS PRODUTOS



- 9.1. Os pneus ofertados deverão atender às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do produto, observadas as normas técnicas e regulamentares vigentes.
- 9.2. Cada item deverá observar a respectiva medida, tipo, aplicação, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, categoria de uso e demais características técnicas compatíveis com o veículo ou equipamento a que se destina.
- 9.3. Para pneus destinados a veículos de passeio, utilitários leves, caminhonetes, vans, ônibus, caminhões e demais categorias sujeitas à regulamentação específica, deverá ser exigida a comprovação de conformidade com as normas aplicáveis, inclusive quanto às exigências do **INMETRO**, etiquetagem e desempenho, quando cabíveis à categoria do produto.
- 9.4. Para pneus destinados a motocicletas, motonetas, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas, equipamentos operacionais e pneus fora de estrada, deverão ser exigidas apenas as certificações, marcações e requisitos técnicos obrigatórios ou usuais aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 9.5. Não será adotada exigência uniforme e indistinta de selo, etiqueta, índice técnico ou parâmetro de desempenho para todos os itens da contratação quando tal requisito não for obrigatório, usual ou compatível com todas as categorias de pneus abrangidas pelo objeto.
- 9.6. As exigências relativas à eficiência energética, aderência, ruído, etiquetagem, índices de desempenho, certificação ou outras classificações técnicas específicas somente serão aplicadas aos pneus cujas categorias estejam efetivamente sujeitas a tais requisitos, conforme regulamentação técnica vigente.
- 9.7. Todos os pneus deverão apresentar, de forma legível no corpo do produto, embalagem ou documentação técnica correspondente, as informações necessárias à sua identificação e rastreabilidade, incluindo, quando aplicável:

- I – marca do fabricante;
- II – dimensão do pneu;
- III – índice de carga;
- IV – índice de velocidade;
- V – tipo de construção;
- VI – data de fabricação — DOT;
- VII – identificação de origem ou fabricação;
- VIII – demais marcações obrigatórias exigidas para a respectiva categoria do produto.



- 9.8. A Administração poderá exigir, na fase de aceitação da proposta ou no ato de recebimento dos produtos, catálogo técnico, ficha técnica, certificação, selo, gravações no flanco do pneu, etiqueta de conformidade, termo de garantia ou documentação equivalente que comprove a conformidade do item ofertado com as exigências previstas para sua categoria específica.
- 9.9. A data de fabricação dos pneus, identificada pelo código **DOT** ou marcação equivalente, deverá observar o limite máximo estabelecido neste Termo de Referência, a fim de preservar a integridade da borracha, a segurança operacional e a vida útil do produto.
- 9.10. Os pneus deverão ser compatíveis com as condições de uso da frota municipal, considerando a finalidade de cada veículo ou equipamento, o tipo de terreno, o regime de utilização, a exigência de tração, a capacidade de carga, a resistência operacional e demais características necessárias ao adequado desempenho do item.
- 9.11. Não será admitido o fornecimento de pneus com especificações inferiores às exigidas, medida incompatível, ausência de marcações obrigatórias, indícios de uso anterior, data de fabricação acima do limite admitido, defeitos aparentes, avarias, deformações ou qualquer desconformidade técnica.
- 9.12. Os pneus entregues em desconformidade com as especificações do item, com as condições da proposta aceita, com a Ordem de Fornecimento ou com os requisitos técnicos aplicáveis deverão ser recusados pela Administração, cabendo à contratada providenciar a substituição sem ônus adicional.
- 9.13. As exigências técnicas deverão preservar a competitividade do certame, evitando direcionamento indevido de marca, modelo ou fabricante, salvo quando houver justificativa técnica expressa e devidamente fundamentada nos autos.
- 9.14. Dessa forma, os requisitos de certificação, marcação e conformidade técnica deverão assegurar qualidade, segurança, durabilidade, rastreabilidade e compatibilidade dos pneus com a frota municipal, sem impor exigências excessivas ou incompatíveis com a natureza de cada item.

10. QUALIDADE, ESTADO E IDENTIFICAÇÃO DOS PNEUS

- 10.1. Os pneus a serem fornecidos deverão ser obrigatoriamente **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não recondicionados**, devendo estar livres de vícios, defeitos aparentes, deformações, avarias, sinais de uso anterior ou qualquer condição que comprometa sua segurança, durabilidade ou desempenho.



- 10.2. Não serão aceitos pneus usados, seminovos, reformados, remoldados, recapados, recauchutados, recondicionados ou que apresentem qualquer indício de reaproveitamento, adulteração, desgaste prévio, reparo estrutural ou incompatibilidade com as especificações exigidas para o item.
- 10.3. Os pneus deverão possuir fabricação recente, sendo que a data de fabricação, identificada pelo código **DOT** ou marcação equivalente, não poderá ser superior a **12 (doze) meses** contados da data da entrega à Administração.
- 10.4. A exigência de limite máximo de fabricação tem por finalidade preservar as propriedades da borracha, a integridade estrutural do pneu, a segurança da frota e a vida útil esperada do produto, evitando o recebimento de pneus antigos ou armazenados por período excessivo.
- 10.5. Todos os pneus deverão apresentar identificação legível e permanente no corpo do produto, contendo, quando aplicável, marca do fabricante, medida, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, identificação de fabricação, código DOT e demais marcações obrigatórias correspondentes à respectiva categoria.
- 10.6. Os pneus deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem deformações, cortes, bolhas, ressecamento, fissuras, rachaduras, danos na banda de rodagem, nos flancos, talões ou em qualquer componente estrutural.
- 10.7. A contratada deverá garantir que os produtos entregues sejam compatíveis com a finalidade de uso indicada para cada item, observando a aplicação prevista, o tipo de veículo ou equipamento, o regime de utilização, a capacidade de carga, o tipo de terreno e as condições operacionais da frota municipal.
- 10.8. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica, certificado, termo de garantia, etiqueta, documentação do fabricante ou outro documento idôneo que comprove a conformidade do pneu ofertado com as especificações exigidas.
- 10.9. A Administração poderá recusar, no ato do recebimento, qualquer pneu que apresente divergência de medida, tipo, marca ofertada, DOT, ausência de identificação obrigatória, incompatibilidade técnica, avaria, defeito aparente ou qualquer desconformidade em relação ao item registrado e à Ordem de Fornecimento.
- 10.10. A recusa do produto em razão de desconformidade não gerará ônus para a Administração, cabendo à contratada providenciar a substituição do item no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento.



10.11. A qualidade e a identificação dos pneus deverão ser verificadas no recebimento provisório e confirmadas no recebimento definitivo, mediante conferência pelo fiscal ou comissão designada, antes do atesto da nota fiscal e da liberação do pagamento.

10.12. A exigência de pneus novos, devidamente identificados e compatíveis com a categoria do item, visa assegurar a segurança operacional da frota municipal, a durabilidade dos produtos, a rastreabilidade do fornecimento e a proteção do interesse público.

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços — SRP**, visando à futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO.

11.2. O Sistema de Registro de Preços será adotado considerando a natureza contínua, recorrente e variável da demanda por pneus, cujo consumo depende do desgaste efetivo da frota, da intensidade de uso dos veículos, das condições das vias, da disponibilidade orçamentária e da necessidade específica de cada Secretaria Municipal participante.

11.3. A utilização do SRP permitirá que a Administração registre previamente os preços dos itens licitados, possibilitando futuras aquisições parceladas, conforme necessidade efetiva, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

11.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser estruturada por **item**, contendo, no mínimo, a descrição do item, medida, tipo, quantidade registrada, valor unitário, fornecedor registrado, prazo de fornecimento, condições de entrega e demais informações necessárias ao adequado controle da execução.

11.5. As Secretarias Municipais participantes poderão solicitar os pneus conforme suas demandas específicas, observados os limites quantitativos registrados para cada item, a disponibilidade orçamentária, o interesse público e a emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.

11.6. A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar ou adquirir a totalidade dos quantitativos estimados, sendo facultada a realização das aquisições conforme a necessidade efetiva e a conveniência administrativa.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 11.7. O controle da Ata deverá ser realizado de forma individualizada por item, com acompanhamento dos saldos disponíveis, quantidades solicitadas, entregas realizadas, valores unitários registrados, fornecedores responsáveis e eventuais ocorrências durante a execução.
- 11.8. Poderão figurar como órgãos participantes da Ata de Registro de Preços as Secretarias Municipais indicadas neste Termo de Referência, observados os quantitativos consolidados na tabela de pneus por item e a respectiva disponibilidade orçamentária no momento da contratação específica.
- 11.9. A formalização das futuras aquisições ocorrerá mediante emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho, contrato ou outro instrumento equivalente, conforme o caso, respeitadas as condições previstas no edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
- 11.10. A execução da Ata deverá observar o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, de modo que cada item registrado possua fornecedor, valor unitário e saldo próprios, permitindo maior controle, transparência e rastreabilidade das futuras aquisições.
- 11.11. Os preços registrados poderão ser revistos, cancelados ou ajustados nas hipóteses legalmente admitidas, observados os procedimentos previstos na legislação aplicável, no edital e na própria Ata de Registro de Preços.
- 11.12. A adoção do SRP não dispensa a Administração de verificar, antes de cada contratação específica, a existência de necessidade real, saldo disponível do item, compatibilidade com o preço registrado e disponibilidade orçamentária da Secretaria requisitante.
- 11.13. O Sistema de Registro de Preços deverá contribuir para maior eficiência administrativa, redução de retrabalho processual, melhor planejamento das aquisições, controle dos saldos por item, atendimento gradual das Secretarias participantes e continuidade da manutenção da frota municipal.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. A adoção do **Sistema de Registro de Preços — SRP** justifica-se em razão da natureza futura, eventual, contínua e variável da demanda por pneus destinados à frota oficial do Município de Costa Marques/RO.
- 12.2. A necessidade de substituição de pneus não ocorre de forma única, imediata ou integral, pois depende do desgaste efetivo dos veículos, da intensidade de uso, das condições das vias urbanas e rurais, do tipo de serviço executado e da disponibilidade orçamentária de cada Secretaria Municipal participante.



- 12.3. O SRP permite à Administração registrar previamente os preços dos itens, selecionados por meio de procedimento competitivo, possibilitando futuras aquisições parceladas conforme a demanda efetiva das Secretarias Municipais, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.
- 12.4. A utilização do Registro de Preços evita a formação de estoques excessivos de pneus, reduzindo riscos de armazenamento inadequado, deterioração, ressecamento da borracha, perda de vida útil e imobilização desnecessária de recursos públicos.
- 12.5. A contratação por SRP também permite melhor planejamento das aquisições, pois cada Secretaria poderá solicitar os pneus apenas quando houver necessidade concreta de substituição, observando o saldo registrado para o item, a disponibilidade orçamentária e a emissão do instrumento hábil.
- 12.6. A adoção do SRP mostra-se especialmente adequada porque a contratação envolve **50 itens distintos**, com diferentes medidas, tipos e aplicações, totalizando **2.236 pneus**, distribuídos entre Secretarias Municipais com frotas, rotinas e necessidades operacionais distintas.
- 12.7. O controle da Ata de Registro de Preços deverá ser realizado por item, permitindo acompanhamento individualizado de saldo, fornecedor registrado, valor unitário, Secretaria requisitante, quantidade solicitada, quantidade entregue e eventuais ocorrências durante a execução.
- 12.8. O SRP contribui para a eficiência administrativa, pois permite a realização de um único procedimento licitatório para atendimento de múltiplas Secretarias Municipais, evitando contratações repetidas, fragmentadas ou emergenciais para aquisição de pneus ao longo do exercício.
- 12.9. A adoção do Sistema de Registro de Preços também favorece a economicidade, uma vez que possibilita disputa ampla em pregão eletrônico e registro dos valores vencedores para futuras aquisições, assegurando maior previsibilidade e controle dos preços praticados.
- 12.10. A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar, nem a adquirir a totalidade dos quantitativos estimados, permanecendo as futuras aquisições condicionadas à necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária, interesse público e saldo registrado para cada item.
- 12.11. A contratação por SRP é compatível com o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, pois cada item terá preço registrado próprio, fornecedor vencedor individualizado e controle específico de saldo, permitindo maior transparência e melhor gestão das futuras aquisições.



12.12. Dessa forma, conclui-se que o **Sistema de Registro de Preços** é o modelo mais adequado para a presente contratação, por permitir flexibilidade administrativa, fornecimento parcelado, controle por item, redução de estoques, melhor planejamento, economicidade e continuidade da manutenção da frota municipal.

13. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura ou da data indicada no respectivo instrumento, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração.

13.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços, quando cabível, deverá ser precedida de avaliação formal quanto à manutenção da vantajosidade dos preços, à regularidade do fornecedor registrado, à permanência da necessidade administrativa e ao interesse público na continuidade da contratação.

13.3. Durante o prazo de vigência da Ata, as Secretarias Municipais participantes poderão solicitar o fornecimento dos pneus conforme suas necessidades efetivas, observados os saldos registrados por item, a disponibilidade orçamentária e a emissão da respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.

13.4. A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, nem impede a realização de procedimento específico para aquisição do mesmo objeto, desde que devidamente justificado o interesse público.

13.5. As contratações decorrentes da Ata deverão ser formalizadas dentro do prazo de sua vigência, observando-se as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

13.6. O término da vigência da Ata de Registro de Preços não prejudica a conclusão das obrigações regularmente assumidas durante sua vigência, desde que formalizadas por instrumento hábil e observadas as condições legais e contratuais aplicáveis.

13.7. No caso de prorrogação da Ata, o quantitativo a ser considerado deverá observar o saldo remanescente, vedado o acréscimo automático dos quantitativos originalmente registrados, salvo hipótese expressamente admitida pela legislação aplicável e devidamente justificada nos autos.



- 13.8.** Os preços registrados poderão ser revistos ou cancelados nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente quando houver alteração relevante nos preços de mercado, descumprimento das condições da Ata, perda da vantajosidade, impossibilidade de fornecimento ou demais situações previstas no edital e na legislação aplicável.
- 13.9.** Antes de cada contratação decorrente da Ata, a Administração deverá verificar a existência de saldo disponível para o item solicitado, a compatibilidade do preço registrado com o interesse público, a regularidade do fornecedor e a disponibilidade orçamentária da Secretaria requisitante.
- 13.10.** A vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada pelo gestor responsável, com controle individualizado dos saldos por item, fornecedores registrados, prazos, solicitações de fornecimento, entregas realizadas e eventuais ocorrências administrativas.

14. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 14.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Costa Marques/RO, mediante futura e eventual aquisição de pneus novos, destinados aos veículos vinculados às Secretarias Municipais participantes.
- 14.2.** Conforme os Documentos de Formalização de Demanda apresentados pelas Secretarias Municipais, a demanda contempla veículos administrativos, motocicletas, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos utilizados na execução dos serviços públicos municipais.
- 14.3.** A substituição periódica de pneus é indispensável para garantir condições adequadas de segurança, trafegabilidade, estabilidade, frenagem e desempenho dos veículos oficiais, especialmente considerando o uso contínuo da frota em vias urbanas, estradas rurais, vicinais, áreas de difícil acesso e frentes de serviço.
- 14.4.** Pneus desgastados, danificados, incompatíveis ou em condições inadequadas de uso aumentam o risco de acidentes, comprometem a segurança de servidores e usuários, elevam os custos com manutenção corretiva e podem ocasionar paralisação de veículos essenciais.
- 14.5.** A frota municipal é utilizada em atividades diretamente relacionadas ao interesse público, incluindo transporte escolar, atendimento de saúde, deslocamento de pacientes, serviços assistenciais, manutenção



de estradas, apoio à agricultura, execução de obras, serviços administrativos e demais ações operacionais das Secretarias Municipais.

- 14.6. A inexistência de estoque suficiente ou de ata vigente apta a atender às necessidades futuras da Administração pode comprometer a continuidade dos serviços públicos, tornando necessária a formalização de novo procedimento licitatório para assegurar o fornecimento regular e planejado dos pneus.
- 14.7. Considerando que a necessidade de substituição de pneus ocorre de forma variável, conforme o desgaste efetivo dos veículos, a intensidade de uso, as condições das vias, o tipo de serviço executado e a disponibilidade orçamentária, mostra-se adequada a adoção do **Sistema de Registro de Preços**.
- 14.8. O Sistema de Registro de Preços permitirá aquisições futuras, parceladas e sob demanda, conforme a necessidade efetiva de cada Secretaria Municipal participante, sem obrigar a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados.
- 14.9. A contratação será estruturada com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto e a existência de pneus de diferentes medidas, tipos e aplicações, possibilitando disputa individualizada, maior competitividade e melhor controle dos saldos da Ata.
- 14.10. O quantitativo total estimado é de **2.236 pneus**, distribuídos por item, conforme consolidação das demandas das Secretarias Municipais participantes e tabela constante deste Termo de Referência.
- 14.11. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, conforme média de preços lançada nos autos, devendo a aceitabilidade das propostas observar os valores estimados individualmente para cada item.
- 14.12. A contratação pretendida busca assegurar a continuidade dos serviços públicos, a segurança operacional da frota, a preservação do patrimônio público, a redução de riscos de acidentes, a racionalização das aquisições e a economicidade na gestão dos recursos municipais.
- 14.13. Dessa forma, resta demonstrada a necessidade da contratação, sendo o objeto compatível com o interesse público e com o dever de planejamento da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



- 15.1. A solução escolhida consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, visando à futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO.
- 15.2. A solução abrange o fornecimento de pneus de diferentes medidas, tipos e aplicações, destinados a motocicletas, veículos leves, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos oficiais utilizados na execução dos serviços públicos municipais.
- 15.3. Os pneus deverão ser obrigatoriamente **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados**, devendo atender às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 15.4. A contratação será estruturada com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto, a diversidade de medidas e aplicações dos pneus e a possibilidade de fornecimento independente de cada item, sem prejuízo técnico ou operacional à Administração.
- 15.5. A adoção do julgamento por item permite que fornecedores especializados participem da disputa apenas nos itens compatíveis com sua capacidade técnica, comercial e logística, ampliando a competitividade, favorecendo a participação de microempresas e empresas de pequeno porte quando cabível e possibilitando melhor obtenção da proposta mais vantajosa para cada item.
- 15.6. A solução contempla fornecimento parcelado e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme necessidade efetiva de cada Secretaria Municipal participante, saldo registrado por item e disponibilidade orçamentária.
- 15.7. A futura Ata de Registro de Preços não obrigará a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, servindo como instrumento de planejamento e registro de preços para atendimento gradual das demandas da frota municipal.
- 15.8. A execução da solução deverá observar controle individualizado por item, incluindo descrição, medida, tipo, quantidade registrada, valor unitário, fornecedor vencedor, saldo disponível, Secretaria requisitante e histórico de fornecimento.



- 15.9.** A entrega dos pneus deverá ocorrer no local indicado pela Administração, acompanhada da respectiva nota fiscal, termo ou certificado de garantia, informações técnicas do produto e demais documentos necessários à verificação da conformidade do item entregue.
- 15.10.** O recebimento dos pneus deverá ser realizado por servidor ou comissão designada, mediante conferência da medida, tipo, quantidade, marca ofertada, data de fabricação — DOT, integridade física, documentação de garantia, certificações, marcações e requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 15.11.** Os pneus entregues em desacordo com as especificações, com vícios aparentes, sinais de uso, data de fabricação superior ao limite admitido, medida incompatível, ausência de marcações obrigatórias ou qualquer outra desconformidade deverão ser recusados pela Administração, cabendo à contratada providenciar a substituição sem ônus adicional.
- 15.12.** A solução também considera o ciclo de vida do objeto, especialmente quanto à aquisição de pneus adequados à finalidade de uso, garantia contra defeitos de fabricação, correta instalação por meio das contratações correlatas de manutenção da frota, conservação dos veículos e destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis.
- 15.13.** A contratação restringe-se ao fornecimento dos pneus, não abrangendo, salvo previsão expressa diversa, serviços de montagem, desmontagem, alinhamento, balanceamento, cambagem, manutenção mecânica, borracharia ou substituição de componentes acessórios da frota.
- 15.14.** A solução proposta busca garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, reduzir riscos de paralisação de veículos, preservar a segurança dos usuários e servidores, otimizar a gestão dos recursos públicos e assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.
- 15.15.** Dessa forma, a solução como um todo mostra-se adequada à necessidade administrativa, por combinar planejamento, flexibilidade, competitividade, controle por item, fornecimento sob demanda, segurança operacional da frota e economicidade na gestão das futuras aquisições.

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 16.1.** A contratação deverá observar os requisitos técnicos, jurídicos, fiscais, ambientais, operacionais e de qualidade necessários para assegurar o fornecimento adequado dos pneus, a segurança da frota municipal e a correta execução da futura Ata de Registro de Preços.



- 16.2. Os pneus deverão ser obrigatoriamente **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não recondicionados**, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, seminovos, reaproveitados, com sinais de desgaste anterior, avarias ou qualquer condição incompatível com a finalidade pública da contratação.
- 16.3. Cada item deverá atender integralmente à medida, tipo, aplicação, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, categoria de uso, data de fabricação — DOT — e demais especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, da proposta aceita, da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Fornecimento.
- 16.4. Os produtos deverão atender às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do pneu, inclusive quanto ao INMETRO, quando cabível, não se admitindo exigência uniforme de requisito técnico que não seja obrigatório ou usual para todos os itens abrangidos pela contratação.
- 16.5. A data de fabricação dos pneus, identificada pelo código DOT ou marcação equivalente, não poderá ser superior a **12 (doze) meses** contados da data de entrega à Administração, salvo se houver justificativa técnica expressa e aceitação formal da Administração, desde que preservadas a segurança, a garantia e a vida útil do produto.
- 16.6. A contratada deverá fornecer pneus compatíveis com a finalidade de uso indicada para cada item, considerando o tipo de veículo ou equipamento, a condição operacional, o tipo de terreno, a capacidade de carga, a exigência de tração e demais características necessárias ao adequado desempenho do produto.
- 16.7. A licitante deverá comprovar, quando exigido no edital, sua regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das regras estabelecidas no instrumento convocatório.
- 16.8. A qualificação técnica deverá ser compatível com o objeto da contratação, podendo ser exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando fornecimento pertinente e compatível com pneus ou produtos de natureza semelhante.
- 16.9. As exigências de habilitação deverão ser proporcionais ao objeto e à complexidade da contratação, evitando-se restrição indevida à competitividade, especialmente considerando que o julgamento ocorrerá por **menor preço por item**.
- 16.10. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista e ambiental, quando aplicável.



- 16.11.** Quando legalmente aplicável à atividade exercida pela licitante, ou ao fabricante/importador do produto ofertado, poderá ser exigida documentação ambiental pertinente, inclusive comprovação de regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais — CTF/APP, ou documento equivalente idôneo.
- 16.12.** Nos casos em que não houver obrigação legal de inscrição ou apresentação de documentação ambiental específica, a licitante poderá comprovar essa condição por meio de documentação hábil, declaração fundamentada ou outro documento aceito pelo órgão competente, evitando-se exigência indevida ou restritiva.
- 16.13.** Os pneus deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, observadas a garantia legal e a garantia comercial eventualmente ofertada pelo fabricante, contadas a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 16.14.** A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, os pneus recusados no recebimento ou aqueles que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade comprovada com as especificações do item.
- 16.15.** A entrega deverá ocorrer no prazo, local e condições definidos neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na respectiva Ordem de Fornecimento, devendo todos os custos de frete, carga, descarga, transporte, tributos e demais despesas necessárias ao fornecimento estar incluídos no preço registrado.
- 16.16.** A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente aos itens entregues, contendo descrição compatível com a Ordem de Fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, marca e demais informações necessárias à conferência e ao pagamento.
- 16.17.** A Administração poderá exigir, na fase de aceitação da proposta ou no recebimento do objeto, catálogo técnico, ficha técnica, termo de garantia, certificado, etiqueta, gravações no flanco do pneu ou documento equivalente que comprove o atendimento às especificações exigidas.
- 16.18.** Os requisitos da contratação deverão ser observados de forma individualizada por item, considerando que a adjudicação, o controle da Ata de Registro de Preços, o saldo disponível, a emissão de ordens de fornecimento, o recebimento e o pagamento ocorrerão com base no item efetivamente solicitado, entregue e aceito.



16.19. O descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência poderá ensejar recusa do recebimento, exigência de substituição, retenção de pagamento, aplicação de sanções administrativas e demais providências cabíveis, observada a legislação aplicável e o devido processo administrativo.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E LOGÍSTICA REVERSA

17.1. A presente contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, especialmente quanto à aquisição de pneus novos, à adequada utilização dos produtos, à redução de desperdícios, à preservação da vida útil dos pneus e à destinação ambientalmente correta dos pneus inservíveis.

17.2. Os pneus inservíveis resultantes da substituição dos produtos utilizados na frota municipal deverão receber destinação ambientalmente adequada, vedado o descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, áreas rurais, margens de rios, lixões, pátios sem controle ou qualquer outro local incompatível com a legislação ambiental.

17.3. A Administração deverá manter os pneus inservíveis em local adequado, organizado e protegido, evitando acúmulo de água, proliferação de vetores, risco sanitário, degradação ambiental ou prejuízo à saúde pública, até sua destinação final ambientalmente correta.

17.4. A contratada deverá observar as obrigações ambientais legalmente aplicáveis à sua atividade ou ao fabricante/importador do produto ofertado, inclusive quanto à logística reversa, destinação final ambientalmente adequada e responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos pneus, quando cabível.

17.5. Quando legalmente aplicável, poderá ser exigida documentação ambiental pertinente, inclusive comprovação de regularidade perante os órgãos competentes, cadastro ambiental ou documento equivalente idôneo, desde que a exigência seja compatível com a atividade exercida pela licitante ou com a categoria do produto ofertado.

17.6. Nos casos em que não houver obrigação legal de inscrição, cadastro ou apresentação de documentação ambiental específica pela licitante, deverá ser admitida comprovação dessa condição por meio de documentação hábil, declaração fundamentada ou outro documento aceito pelo órgão competente, evitando-se restrição indevida à competitividade.

17.7. A contratada deverá colaborar com a Administração, quando cabível, mediante fornecimento de informações, orientações ou documentos relativos ao sistema de logística reversa disponibilizado pelo fabricante, importador, distribuidor, rede credenciada ou entidade responsável pela destinação ambientalmente correta dos pneus inservíveis.



- 17.8.** A exigência de recolhimento direto dos pneus inservíveis pela contratada somente deverá ser aplicada quando tecnicamente viável, juridicamente cabível e compatível com o objeto contratado, não devendo ser imposta de forma automática quando a legislação atribuir responsabilidade primária a fabricantes, importadores ou sistemas específicos de logística reversa.
- 17.9.** A Administração poderá encaminhar os pneus inservíveis a pontos de coleta, entidades autorizadas, programas de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores ou outros sistemas ambientalmente regulares, devendo manter, sempre que possível, registro da destinação realizada.
- 17.10.** Para fins de controle administrativo, recomenda-se que a destinação dos pneus inservíveis seja acompanhada de registro contendo, sempre que disponível, a quantidade encaminhada, data, local de destinação, responsável pelo recebimento e documento comprobatório correspondente.
- 17.11.** A aquisição de pneus novos, adequados à finalidade de uso e compatíveis com a categoria de cada veículo ou equipamento, contribui para maior durabilidade dos produtos, redução de substituições prematuras e menor geração de resíduos.
- 17.12.** A manutenção adequada da frota, incluindo alinhamento, balanceamento, calibragem, conservação da suspensão e correta instalação dos pneus, constitui medida de sustentabilidade, pois prolonga a vida útil dos produtos e reduz a necessidade de descarte antecipado.
- 17.13.** As exigências de certificação, marcação, etiquetagem, desempenho ou conformidade ambiental dos pneus deverão observar a categoria específica de cada item, não sendo admitida exigência uniforme e indistinta para todos os pneus quando tais requisitos não forem legalmente aplicáveis ou usuais para determinada categoria.
- 17.14.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, quando aplicável, o cumprimento das obrigações ambientais relacionadas ao fornecimento, registrando eventuais inconformidades e adotando as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento.
- 17.15.** Dessa forma, os critérios de sustentabilidade e logística reversa deverão ser observados durante toda a execução da contratação, garantindo equilíbrio entre responsabilidade ambiental, segurança operacional da frota, competitividade, economicidade e atendimento ao interesse público.

18. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 18.1. A execução do objeto ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes, saldo registrado por item, disponibilidade orçamentária e emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- 18.2. As solicitações de fornecimento deverão ser formalizadas pela Secretaria requisitante ou setor competente, contendo, no mínimo:
- I – número do item registrado;
 - II – descrição/medida do pneu;
 - III – tipo do pneu;
 - IV – quantidade solicitada;
 - V – valor unitário registrado;
 - VI – local de entrega;
 - VII – prazo de fornecimento;
 - VIII – Secretaria requisitante;
 - IX – identificação do responsável pelo recebimento;
 - X – demais informações necessárias à correta execução do fornecimento.
- 18.3. A contratada deverá fornecer exatamente os itens solicitados, observando as especificações constantes da Ata de Registro de Preços, deste Termo de Referência, da proposta aceita e da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 18.4. O fornecimento deverá abranger pneus novos, de primeiro uso, compatíveis com a medida, tipo e aplicação exigidos para cada item, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, termo ou certificado de garantia, informações técnicas do produto e demais documentos necessários à conferência da conformidade.
- 18.5. A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Administração, podendo ocorrer no almoxarifado central, garagem municipal, oficina, pátio, unidade administrativa, Secretaria requisitante ou outro local expressamente definido na Ordem de Fornecimento.
- 18.6. Todos os custos necessários ao fornecimento deverão estar incluídos no preço registrado, incluindo frete, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do objeto.
- 18.7. O recebimento dos pneus será realizado por servidor ou comissão designada, que deverá conferir a compatibilidade entre o item entregue, a Ordem de Fornecimento, a proposta aceita e as especificações deste Termo de Referência.



- 18.8.** A conferência deverá abranger, no mínimo, a medida do pneu, o tipo, a quantidade, a marca ofertada, a integridade física, a data de fabricação — DOT, a documentação de garantia e as certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 18.9.** Os pneus entregues em desconformidade com as especificações exigidas, com vícios aparentes, avarias, sinais de uso anterior, data de fabricação superior ao limite admitido, ausência de marcações obrigatórias ou medida incompatível deverão ser recusados pela Administração.
- 18.10.** Em caso de recusa, a contratada deverá providenciar a substituição do item no prazo estabelecido neste Termo de Referência ou na notificação administrativa, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.
- 18.11.** O controle da execução da Ata de Registro de Preços deverá ser realizado por item, com acompanhamento individualizado de saldo, quantidade solicitada, quantidade entregue, valor unitário registrado, fornecedor responsável, Secretaria requisitante e eventuais ocorrências verificadas durante o fornecimento.
- 18.12.** A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo as ordens de fornecimento ser emitidas conforme a necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes e o interesse público.
- 18.13.** O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo dos itens efetivamente entregues e aceitos pela Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente e regular atesto pelo fiscal ou comissão responsável.
- 18.14.** A contratada deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como cumprir integralmente as obrigações previstas no edital, neste Termo de Referência, na Ata e nas Ordens de Fornecimento.
- 18.15.** O modelo de execução contratual proposto visa assegurar fornecimento organizado, controle por item, rastreabilidade das entregas, fiscalização adequada, segurança operacional da frota e atendimento eficiente das demandas das Secretarias Municipais participantes.

19. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 19.1. A contratada deverá realizar a entrega dos pneus no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente definido no edital ou na Ata de Registro de Preços.
- 19.2. O prazo de entrega deverá ser contado a partir da comprovação do recebimento formal da solicitação pela contratada, podendo esta ocorrer por meio físico, eletrônico ou outro meio oficial admitido pela Administração.
- 19.3. Caso a contratada não consiga cumprir o prazo de entrega por motivo devidamente justificado, deverá comunicar formalmente a Administração antes do término do prazo originalmente estabelecido, indicando as razões do atraso e eventual prazo necessário para regularização, cabendo à Administração aceitar ou não a justificativa apresentada.
- 19.4. A simples comunicação de atraso não afasta a possibilidade de aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando caracterizado descumprimento injustificado das obrigações assumidas.
- 19.5. A entrega dos pneus deverá ocorrer no local indicado na respectiva Ordem de Fornecimento, podendo ser realizada no almoxarifado central, garagem municipal, oficina, pátio, unidade administrativa, Secretaria requisitante ou outro endereço expressamente informado pela Administração no Município de Costa Marques/RO.
- 19.6. A Ordem de Fornecimento deverá indicar, no mínimo, o item solicitado, descrição/medida do pneu, tipo, quantidade, valor unitário registrado, Secretaria requisitante, local de entrega, prazo de fornecimento e servidor responsável pelo recebimento.
- 19.7. A contratada deverá entregar exatamente os itens solicitados, observando a descrição, medida, tipo, quantidade, marca ofertada, valor registrado e demais condições constantes da Ata de Registro de Preços, da proposta aceita e deste Termo de Referência.
- 19.8. Todos os custos necessários à entrega deverão estar incluídos no preço registrado, incluindo frete, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas ao fornecimento.
- 19.9. A entrega deverá ocorrer em horário de expediente da unidade indicada, salvo autorização expressa da Administração para entrega em horário diverso.



- 19.10. Os pneus deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, termo ou certificado de garantia, informações técnicas do produto e demais documentos necessários à conferência da conformidade do item entregue.
- 19.11. No ato da entrega, a Administração realizará conferência inicial dos produtos, verificando a quantidade, medida, tipo, integridade física, marca ofertada, data de fabricação — DOT, documentação de garantia e compatibilidade com a Ordem de Fornecimento.
- 19.12. Os pneus entregues com avarias, sinais de uso, divergência de medida, tipo incompatível, ausência de identificação obrigatória, data de fabricação superior ao limite admitido ou qualquer desconformidade com o item solicitado poderão ser recusados pela Administração.
- 19.13. Em caso de recusa, a contratada deverá providenciar a substituição do item no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da comunicação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional ao Município.
- 19.14. A entrega parcial somente será admitida quando expressamente aceita pela Administração e desde que não comprometa o atendimento da necessidade pública, o prazo de fornecimento e o controle do saldo registrado para o item.
- 19.15. A contratada permanecerá responsável pelos produtos até o recebimento provisório pela Administração, respondendo por danos, extravios, perdas, avarias ou quaisquer ocorrências verificadas durante o transporte e a entrega.
- 19.16. O recebimento dos pneus não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação, desconformidades técnicas ou falhas posteriormente identificadas durante o uso, observadas as condições de garantia e a legislação aplicável.
- 19.17. O descumprimento do prazo, local ou condições de entrega poderá ensejar notificação, recusa do recebimento, exigência de substituição, aplicação de sanções administrativas e demais medidas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 20.1. O recebimento dos pneus será realizado por servidor ou comissão designada pela Administração, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento e na Lei nº 14.133/2021.



- 20.2. O recebimento será realizado em duas etapas: **recebimento provisório** e **recebimento definitivo**, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou desconformidades posteriormente identificadas.
- 20.3. O **recebimento provisório** ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial dos produtos, com verificação da quantidade entregue, integridade física, medida, tipo, marca ofertada, data de fabricação — DOT, documentação de garantia e compatibilidade com a Ordem de Fornecimento.
- 20.4. No recebimento provisório, a Administração poderá recusar imediatamente os pneus que apresentarem desconformidade evidente, tais como medida incorreta, tipo incompatível, quantidade divergente, avaria, deformação, sinais de uso, ausência de marcações obrigatórias, data de fabricação superior ao limite admitido ou produto diverso daquele registrado.
- 20.5. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, servindo apenas para registrar a entrega inicial e permitir a posterior verificação técnica, documental e qualitativa dos produtos entregues.
- 20.6. O **recebimento definitivo** ocorrerá após a conferência completa dos pneus e a confirmação de que os itens entregues atendem integralmente às especificações exigidas, à proposta aceita, à Ata de Registro de Preços e à respectiva Ordem de Fornecimento.
- 20.7. Para fins de recebimento definitivo, deverão ser verificados, no mínimo:
- I – correspondência entre o item solicitado e o item entregue;
 - II – medida e tipo do pneu;
 - III – quantidade fornecida;
 - IV – marca ofertada e aceita;
 - V – data de fabricação — DOT;
 - VI – integridade física do produto;
 - VII – ausência de sinais de uso, reforma, remoldagem, recapagem, recauchutagem ou recondicionamento;
 - VIII – documentação de garantia;
 - IX – certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do pneu;
 - X – conformidade com a Nota Fiscal/Fatura e com a Ordem de Fornecimento.
- 20.8. Os pneus somente serão aceitos definitivamente quando comprovado o atendimento integral às especificações técnicas e às condições estabelecidas neste Termo de Referência.



- 20.9. Caso sejam constatadas irregularidades, vícios, defeitos, divergências ou desconformidades, a Administração deverá notificar a contratada para providenciar a substituição dos itens recusados, sem ônus adicional ao Município, no prazo previsto neste Termo de Referência ou em prazo fixado na notificação administrativa.
- 20.10. Os itens recusados não serão considerados entregues para fins de pagamento, contagem de fornecimento regular ou baixa de saldo definitivo da Ata de Registro de Preços, até que sejam substituídos e aceitos pela Administração.
- 20.11. A substituição dos pneus recusados deverá ocorrer por produtos novos, de mesma medida, tipo, aplicação e especificação técnica exigida para o item, mantendo-se as mesmas condições da proposta aceita e da Ata de Registro de Preços.
- 20.12. A Administração poderá registrar as ocorrências de desconformidade em relatório, termo de recebimento, notificação, despacho ou outro documento próprio, para fins de controle da execução, eventual aplicação de sanções e histórico de desempenho da contratada.
- 20.13. O recebimento definitivo deverá ser formalizado mediante atesto da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente pelo servidor ou comissão responsável, após a confirmação da conformidade dos itens entregues.
- 20.14. O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo dos pneus efetivamente entregues e aceitos, observadas as condições de liquidação da despesa, regularidade fiscal da contratada e demais exigências previstas neste Termo de Referência.
- 20.15. A aceitação definitiva do objeto não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação, falhas de qualidade ou desconformidades posteriormente verificadas durante o uso dos pneus, especialmente durante o prazo de garantia.
- 20.16. O controle do recebimento deverá ser realizado por item, considerando que a contratação será julgada e registrada pelo critério de **menor preço por item**, com saldos, fornecedores e valores unitários individualizados na Ata de Registro de Preços.

21. GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 21.1.** Os pneus fornecidos deverão possuir garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, observadas a garantia legal e a garantia comercial eventualmente ofertada pelo fabricante, contadas a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração.
- 21.2.** A garantia deverá abranger defeitos que comprometam a segurança, integridade, durabilidade ou desempenho esperado do pneu, desde que não decorrentes de mau uso, instalação inadequada, danos acidentais, desgaste natural, uso incompatível com a finalidade do produto ou ausência de manutenção adequada do veículo.
- 21.3.** Poderão ser objeto de análise em garantia, conforme o caso, defeitos estruturais, deformações anormais, bolhas, falhas internas, desprendimento de componentes, problemas no talão, falhas de fabricação, desgaste irregular prematuro decorrente de vício de fabricação ou outras inconformidades que prejudiquem a utilização segura do pneu.
- 21.4.** A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para recebimento de solicitações relacionadas à garantia, assistência técnica, análise de defeitos, emissão de laudos e substituição dos produtos fornecidos.
- 21.5.** Constatado vício, defeito ou desconformidade no pneu, a Administração deverá comunicar formalmente a contratada, indicando o item, a quantidade, a marca, a medida, a data da entrega, a descrição do problema identificado e, quando possível, registros fotográficos ou demais elementos que auxiliem na análise.
- 21.6.** Recebida a comunicação, a contratada deverá realizar a análise técnica do produto, diretamente ou por meio do fabricante, distribuidor autorizado, assistência técnica ou profissional habilitado, apresentando manifestação fundamentada quanto à procedência ou improcedência da solicitação de garantia.
- 21.7.** Sendo procedente a reclamação, a contratada deverá substituir o pneu defeituoso por outro novo, de mesma medida, tipo, aplicação e especificação técnica, sem qualquer ônus adicional para a Administração, incluindo custos de transporte, frete, retirada, entrega ou demais despesas necessárias à substituição.
- 21.8.** Caso o modelo originalmente fornecido tenha sido descontinuado, a substituição poderá ocorrer por produto equivalente ou superior, desde que compatível com a especificação exigida no item correspondente, com a finalidade de uso e com as condições técnicas do veículo ou equipamento.
- 21.9.** Em caso de divergência quanto à origem do defeito, a contratada deverá apresentar laudo técnico fundamentado, emitido pelo fabricante, assistência técnica autorizada ou profissional tecnicamente



habilitado, contendo análise objetiva do produto, causa provável da falha e conclusão quanto à cobertura ou não pela garantia.

- 21.10.** A apresentação de laudo técnico não impede a Administração de solicitar esclarecimentos complementares, avaliar a consistência das informações apresentadas ou adotar as providências administrativas cabíveis, quando houver indícios de vício de fabricação, descumprimento contratual ou fornecimento de produto em desconformidade.
- 21.11.** Os pneus recusados no ato do recebimento, por estarem em desacordo com as especificações, deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da comunicação formal da Administração, sem prejuízo de prazo diverso fixado em notificação administrativa quando as circunstâncias do caso justificarem.
- 21.12.** Nos casos de garantia por defeito identificado após o recebimento definitivo, a contratada deverá apresentar resposta inicial no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da solicitação, informando as providências que serão adotadas para análise, substituição ou apresentação de laudo técnico.
- 21.13.** A substituição definitiva do produto com defeito de fabricação comprovado deverá ocorrer em prazo razoável, compatível com a urgência do atendimento da frota municipal, preferencialmente em até **15 (quinze) dias corridos**, salvo justificativa aceita pela Administração.
- 21.14.** O produto substituto deverá ser novo, de primeiro uso, não remoldado, não recauchutado, não recapado e não recondicionado, devendo atender integralmente às especificações do item originalmente contratado, inclusive quanto à medida, tipo, aplicação, DOT, marcações, certificações e requisitos técnicos aplicáveis.
- 21.15.** No ato da entrega de cada pneu, a contratada deverá disponibilizar termo de garantia, certificado, documento do fabricante, manual ou instrumento equivalente que comprove as condições de garantia aplicáveis ao produto fornecido.
- 21.16.** A garantia e a assistência técnica não afastam a responsabilidade da contratada por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de defeitos de fabricação, fornecimento inadequado, entrega em desacordo com as especificações ou descumprimento das obrigações assumidas.
- 21.17.** O acionamento da garantia deverá ser registrado pelo fiscal ou gestor da contratação, com indicação do item, fornecedor, quantidade afetada, descrição do problema, providência adotada, prazo concedido, solução apresentada e resultado final.



21.18. O descumprimento das obrigações de garantia, assistência técnica ou substituição poderá ensejar aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da recusa do produto, retenção de pagamento, cancelamento do registro de preços ou demais providências previstas na legislação, no edital e na Ata de Registro de Preços.

22. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

22.1. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes serão exercidas por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas municipais aplicáveis.

22.2. A gestão da contratação deverá compreender o acompanhamento administrativo da execução, o controle dos saldos registrados por item, a verificação dos fornecedores vencedores, o acompanhamento dos prazos de entrega, o registro de ocorrências e a adoção das providências cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

22.3. A fiscalização deverá acompanhar diretamente o fornecimento dos pneus, verificando se os produtos entregues correspondem aos itens solicitados na Ordem de Fornecimento, especialmente quanto à medida, tipo, quantidade, marca ofertada, data de fabricação — DOT, documentação de garantia, certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.

22.4. O controle da execução deverá ser realizado de forma individualizada por item, considerando que o critério de julgamento será o **menor preço por item** e que poderá haver fornecedores distintos registrados para diferentes itens da Ata de Registro de Preços.

22.5. Compete ao gestor da Ata de Registro de Preços ou do instrumento equivalente:

- I – acompanhar a vigência da Ata de Registro de Preços;
- II – controlar os saldos disponíveis por item;
- III – registrar as ordens de fornecimento emitidas;
- IV – acompanhar os prazos de entrega;
- V – manter registro dos fornecedores responsáveis por cada item;
- VI – verificar a regularidade das solicitações de fornecimento;
- VII – registrar ocorrências administrativas relacionadas à execução;
- VIII – comunicar formalmente eventuais atrasos, falhas ou descumprimentos;
- IX – subsidiar a autoridade competente quanto à necessidade de aplicação de sanções, cancelamento de registro ou adoção de outras medidas administrativas.



22.6. Compete ao fiscal ou à comissão responsável pelo recebimento:

- I – conferir os pneus no ato da entrega;
- II – verificar a compatibilidade entre o item entregue, a Ordem de Fornecimento, a proposta aceita e a Ata de Registro de Preços;
- III – realizar o recebimento provisório e definitivo, quando cabível;
- IV – recusar produtos em desconformidade;
- V – solicitar a substituição de pneus recusados, avariados, defeituosos ou incompatíveis com as especificações;
- VI – atestar a Nota Fiscal somente após a efetiva conferência e aceitação dos itens entregues;
- VII – registrar ocorrências que possam impactar a execução da contratação.

22.7. A fiscalização deverá observar se os pneus entregues são novos, de primeiro uso, sem sinais de remoldagem, recapagem, recauchutagem, recondicionamento, avarias, deformações aparentes, desgaste prévio ou qualquer condição incompatível com as especificações exigidas.

22.8. Também deverá ser verificada a data de fabricação — DOT, a fim de garantir que os pneus estejam dentro do prazo máximo admitido neste Termo de Referência, preservando a segurança, a durabilidade e a vida útil dos produtos adquiridos.

22.9. Em caso de entrega parcial, atraso, divergência de item, ausência de documentação, vício aparente, desconformidade técnica ou qualquer irregularidade, o fiscal deverá registrar a ocorrência e comunicar o gestor da Ata para adoção das providências cabíveis.

22.10. Os pneus recusados pela fiscalização não deverão ser recebidos definitivamente nem pagos pela Administração, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo estabelecido neste Termo de Referência ou em notificação administrativa, sem ônus adicional ao Município.

22.11. As Secretarias Municipais participantes deverão colaborar com a gestão e fiscalização da Ata, informando suas necessidades, emitindo solicitações completas, conferindo os itens recebidos e comunicando eventuais falhas ou problemas identificados durante o uso dos pneus.

22.12. A gestão da Ata deverá manter controle atualizado dos quantitativos solicitados, entregues, recusados, substituídos e remanescentes, a fim de evitar extrapolação de saldos, solicitações indevidas, duplicidade de pedidos ou desorganização na execução do Registro de Preços.



- 22.13. Quando houver fornecedores distintos para diferentes itens, a Administração deverá manter controles separados por fornecedor, item, valor unitário registrado, saldo disponível, prazo de entrega e histórico de ocorrências.
- 22.14. A fiscalização deverá ser realizada durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.
- 22.15. O modelo de gestão e fiscalização proposto busca assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nas Ordens de Fornecimento, garantindo qualidade dos produtos, segurança da frota, controle dos saldos e proteção do interesse público.
- 22.16. Dessa forma, a gestão e a fiscalização por item são indispensáveis para a adequada execução da contratação, especialmente diante da diversidade de medidas, fornecedores, Secretarias participantes e quantitativos registrados.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento, na proposta aceita e na legislação aplicável:
- 23.2. Fornecer os pneus rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, medidas, tipos, quantitativos, marcas ofertadas, valores registrados e condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na respectiva Ordem de Fornecimento.
- 23.3. Entregar pneus **novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não recondicionados**, livres de vícios, defeitos aparentes, deformações, avarias, sinais de uso anterior ou qualquer condição incompatível com a finalidade do objeto.
- 23.4. Garantir que os produtos fornecidos atendam às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do pneu, inclusive quanto ao INMETRO, quando cabível.
- 23.5. Observar, para cada item fornecido, a medida, o tipo, a aplicação, o índice de carga, o índice de velocidade, o tipo de construção, a data de fabricação — DOT — e demais características técnicas exigidas neste Termo de Referência e na proposta aceita.



- 23.6. Cumprir o prazo de entrega estabelecido na Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, entregando os itens solicitados no local indicado pela Administração.
- 23.7. Comunicar formalmente à Administração eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, antes do vencimento do prazo originalmente estabelecido, apresentando justificativa técnica ou operacional para análise da contratante.
- 23.8. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento, incluindo frete, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos necessários à entrega dos produtos.
- 23.9. Entregar os pneus acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, termo ou certificado de garantia, informações técnicas do produto e demais documentos necessários à conferência da conformidade do item entregue.
- 23.10. Substituir, às suas expensas, os pneus entregues em desacordo com as especificações, recusados pela fiscalização, avariados, defeituosos, com medida incompatível, data de fabricação acima do limite admitido, ausência de marcações obrigatórias ou qualquer outra desconformidade.
- 23.11. A substituição dos itens recusados no ato do recebimento deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da comunicação formal da Administração, salvo prazo diverso fixado em notificação administrativa devidamente justificada.
- 23.12. Honrar integralmente a garantia contra defeitos de fabricação, providenciando análise técnica, emissão de laudo quando necessário e substituição do produto, sem ônus para a Administração, quando constatado vício ou defeito coberto pela garantia.
- 23.13. Disponibilizar canal de comunicação para atendimento das solicitações da Administração, especialmente quanto a informações sobre entrega, garantia, substituição, documentação técnica, logística reversa e demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 23.14. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, técnica, econômico-financeira e ambiental, quando aplicável.



- 23.15.** Apresentar, quando legalmente aplicável à sua atividade ou ao fabricante/importador do produto ofertado, a documentação ambiental pertinente, inclusive comprovação de regularidade perante os órgãos competentes ou documento equivalente idôneo.
- 23.16.** Observar as diretrizes de sustentabilidade e logística reversa aplicáveis aos pneus, colaborando com informações, documentos e orientações necessárias à destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis, quando cabível e nos limites da legislação aplicável.
- 23.17.** Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa, dolo, fornecimento inadequado, descumprimento contratual ou entrega de produto em desconformidade com as especificações exigidas.
- 23.18.** Não transferir a terceiros as obrigações assumidas sem autorização formal da Administração, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e as relações normais de fornecimento com fabricantes, distribuidores, transportadores ou assistências autorizadas, desde que não haja prejuízo à execução do objeto.
- 23.19.** Atender às solicitações de esclarecimentos, correções, substituições, comprovações técnicas e documentos complementares feitas pela Administração no curso da execução da Ata de Registro de Preços.
- 23.20.** Manter comunicação formal e atualizada com a Administração, informando imediatamente qualquer fato que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, especialmente atrasos, indisponibilidade de produto, substituição de modelo, alteração de marca ou necessidade de esclarecimento técnico.
- 23.21.** Não fornecer produto diverso daquele ofertado e aceito no certame, salvo mediante prévia autorização formal da Administração, devidamente justificada e desde que o produto substituto seja equivalente ou superior e atenda integralmente às especificações do item.
- 23.22.** Cumprir todas as obrigações previstas no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento, na proposta aceita e na legislação aplicável.
- 23.23.** O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar recusa do recebimento, exigência de substituição, retenção de pagamento, cancelamento do registro de preços, aplicação de sanções administrativas e demais medidas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 24.1.** Constituem obrigações da contratante, sem prejuízo de outras previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento e na legislação aplicável:
- 24.2.** Emitir a Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente de forma clara e objetiva, contendo a identificação do item, medida, tipo, quantidade solicitada, valor unitário registrado, local de entrega, prazo de fornecimento, Secretaria requisitante e responsável pelo recebimento.
- 24.3.** Disponibilizar à contratada as informações necessárias à correta execução do fornecimento, especialmente quanto ao local de entrega, horário de funcionamento, servidor responsável pelo recebimento, condições de acesso e demais orientações operacionais.
- 24.4.** Designar servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 24.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando a conformidade dos pneus entregues com as especificações técnicas, medidas, tipos, quantidades, marca ofertada, data de fabricação — DOT, documentação de garantia, certificações, marcações, etiquetagens e requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 24.6.** Realizar o recebimento provisório e definitivo dos pneus, recusando os itens que estejam em desacordo com as especificações exigidas, que apresentem vícios aparentes, avarias, sinais de uso, data de fabricação superior ao limite admitido, medida incompatível, ausência de documentação obrigatória ou qualquer desconformidade técnica.
- 24.7.** Notificar formalmente a contratada sobre irregularidades, atrasos, desconformidades, vícios ou defeitos constatados nos produtos entregues, solicitando as providências cabíveis, inclusive substituição dos itens recusados ou defeituosos.
- 24.8.** Controlar os saldos da Ata de Registro de Preços de forma individualizada por item, observando os quantitativos registrados, as solicitações emitidas, as entregas realizadas, os itens recusados, os produtos substituídos e o saldo remanescente.
- 24.9.** Monitorar o desempenho dos fornecedores registrados, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega, qualidade dos produtos fornecidos, atendimento às notificações, substituições realizadas e eventuais ocorrências durante a execução da Ata.



- 24.10.** Efetuar o pagamento dos itens efetivamente entregues, aceitos e atestados pelo fiscal ou comissão responsável, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.
- 24.11.** Exigir a manutenção das condições de habilitação da contratada durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, especialmente antes dos pagamentos, quando cabível.
- 24.12.** Adotar as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada, incluindo registro de ocorrência, notificação, abertura de procedimento próprio e eventual aplicação de sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 24.13.** Manter comunicação formal e organizada com a contratada, preferencialmente por meio eletrônico ou outro meio oficial, registrando solicitações, notificações, respostas, prazos e demais ocorrências relevantes para a execução da contratação.
- 24.14.** Orientar as Secretarias Municipais participantes quanto à correta emissão das solicitações de fornecimento, utilização dos saldos registrados, controle dos itens recebidos e comunicação de eventuais falhas ou necessidades de substituição.
- 24.15.** Adotar as providências necessárias para que os pneus adquiridos sejam instalados em veículos em condições adequadas de uso, especialmente quanto à suspensão, alinhamento, balanceamento, calibragem e manutenção preventiva, de modo a preservar a vida útil dos produtos e não comprometer a garantia de fabricação.
- 24.16.** Manter os pneus inservíveis substituídos em local adequado até sua destinação ambientalmente correta, evitando acúmulo de água, descarte irregular, queima, abandono em áreas públicas ou armazenamento em condições que possam causar riscos ambientais e sanitários.
- 24.17.** Colaborar com os sistemas de logística reversa, pontos de coleta, entidades autorizadas ou demais mecanismos de destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis, conforme legislação aplicável e orientações dos órgãos competentes.
- 24.18.** Zelar pela compatibilidade entre as ordens de fornecimento emitidas, os quantitativos registrados por item, a disponibilidade orçamentária e a necessidade efetiva da Secretaria requisitante.



- 24.19. Não exigir da contratada obrigações não previstas no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento ou na legislação aplicável, preservando a segurança jurídica, a vinculação ao instrumento convocatório e o equilíbrio da contratação.
- 24.20. Atuar de forma integrada entre as Secretarias participantes, gestor da Ata, fiscal da contratação, setor de compras, setor financeiro e demais unidades envolvidas, a fim de assegurar a adequada execução do Registro de Preços, o controle dos saldos por item, a qualidade dos pneus fornecidos e a continuidade dos serviços públicos.
- 24.21. A contratante deverá manter registros administrativos suficientes para demonstrar a regularidade da execução, incluindo ordens de fornecimento, notas fiscais, termos de recebimento, notificações, atestos, registros de substituição, controle de saldo e demais documentos pertinentes.

25. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 25.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, considerando que o objeto consiste na futura e eventual aquisição de pneus novos, classificados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 25.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto, a diversidade de medidas, tipos e aplicações dos pneus, bem como a possibilidade de fornecimento independente de cada item, sem prejuízo técnico ou operacional à Administração.
- 25.3. A adoção do julgamento por item tem por finalidade ampliar a competitividade do certame, permitindo que fornecedores especializados disputem apenas os itens compatíveis com sua capacidade técnica, comercial e logística.
- 25.4. A modelagem por item mostra-se mais adequada ao objeto, uma vez que a contratação contempla pneus para motocicletas, veículos leves, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos oficiais, todos com características, valores, disponibilidades e aplicações distintas.
- 25.5. A adjudicação por item contribui para evitar concentração econômica indevida, especialmente diante da existência de pneus de grande porte e valor elevado, que poderiam restringir a participação de fornecedores de menor porte ou especializados apenas em determinadas categorias de pneus.



25.5.1. A adoção do julgamento por item está alinhada à orientação da Súmula nº 247 do TCU, segundo a qual, em objetos divisíveis, deve-se admitir a adjudicação por item quando não houver prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala. No presente caso, cada pneu possui especificação, medida, tipo, quantidade e valor estimado próprios, permitindo disputa independente e controle individualizado na Ata de Registro de Preços.

- 25.6. A escolha pelo menor preço por item também favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte — **ME/EPP**, quando cabível, permitindo que empresas com capacidade operacional limitada a determinadas medidas ou categorias possam participar da disputa sem serem obrigadas a fornecer agrupamentos amplos ou de elevado valor.
- 25.7. A aplicação de eventual tratamento diferenciado, exclusividade ou cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser analisada pela Administração **item a item**, conforme o valor estimado, a existência de fornecedores competitivos, a compatibilidade com o mercado e a vantajosidade para o interesse público.
- 25.8. O tratamento diferenciado às ME/EPP não deverá ser aplicado de forma automática quando houver risco de prejuízo à competitividade, à economicidade, à adequada execução do objeto ou ao fornecimento regular dos pneus necessários à frota municipal.
- 25.9. Será adotado, preferencialmente, o **modo de disputa aberto**, permitindo que os licitantes apresentem lances sucessivos e públicos no sistema eletrônico, favorecendo a redução dos preços e a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item da contratação.
- 25.10. Para fins de aceitabilidade das propostas, a Administração deverá observar o valor estimado individual de cada item, o atendimento às especificações técnicas, a compatibilidade do produto ofertado com a medida e tipo exigidos, a regularidade das certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos obrigatórios aplicáveis à categoria do pneu e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 25.11. Não será suficiente a análise apenas do valor global da contratação, devendo ser verificada a compatibilidade do preço ofertado em cada item, a fim de evitar sobrepreço, distorções internas, propostas inexequíveis ou oferta de produto incompatível com a necessidade da Administração.
- 25.12. As propostas deverão indicar, quando exigido no edital, marca, fabricante, modelo ou linha do produto ofertado, bem como demais informações técnicas necessárias à verificação da compatibilidade do pneu com as especificações do item.



- 25.13. A Administração poderá exigir, na fase de aceitação da proposta, catálogo técnico, ficha técnica, certificado, etiqueta, gravações no flanco do pneu, termo de garantia ou documento equivalente, quando necessário para comprovar o atendimento às especificações exigidas.
- 25.14. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações mínimas do item, que apresentarem produto incompatível com a medida, tipo ou aplicação exigida, ou que não comprovarem, quando solicitado, a conformidade técnica do pneu ofertado.
- 25.15. A seleção resultará na formalização de **Ata de Registro de Preços**, com validade de 12 (doze) meses, possibilitando contratações parceladas conforme a necessidade efetiva das Secretarias Municipais participantes, disponibilidade orçamentária e saldo registrado para cada item.
- 25.16. A alteração da modelagem para julgamento por item não modifica o objeto da contratação, o quantitativo total estimado de **2.236 pneus**, o valor global estimado de **R\$ 3.500.951,39**, nem a adoção do Sistema de Registro de Preços, servindo para ampliar a competitividade, permitir julgamento individualizado e melhorar a seleção da proposta mais vantajosa.
- 25.17. Conclui-se que o **Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item**, é a forma de seleção mais adequada para a contratação pretendida, por assegurar julgamento objetivo, competitividade, economicidade, ampla participação de fornecedores e melhor atendimento ao interesse público.

26. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

- 26.1. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto, a diversidade de medidas, tipos e aplicações dos pneus e a possibilidade de fornecimento independente de cada item.
- 26.2. Cada item da contratação corresponderá a uma medida e tipo específico de pneu, com quantitativo próprio, valor unitário estimado, valor total estimado, especificações técnicas individualizadas e possibilidade de adjudicação própria.
- 26.3. A adoção do julgamento por item tem por finalidade ampliar a competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados em determinados segmentos do mercado de pneus e evitar a concentração indevida do objeto em agrupamentos amplos ou de elevado valor.



26.3.1. A escolha pelo menor preço por item evita a formação de agrupamentos artificiais e reduz o risco de restrição indevida à competitividade, especialmente em razão da existência de pneus de diferentes medidas, categorias e valores. A adjudicação por item permite que fornecedores especializados disputem apenas os produtos compatíveis com sua capacidade comercial e logística, sem prejuízo à Administração.

- 26.4.** A disputa individualizada por item permitirá que fornecedores interessados apresentem propostas apenas para os itens compatíveis com sua capacidade técnica, comercial, logística e operacional, sem necessidade de cotar todos os pneus previstos na contratação.
- 26.5.** O julgamento por item mostra-se adequado diante da variedade do objeto, que contempla pneus para motocicletas, veículos leves, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte escolar, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais veículos oficiais da frota municipal.
- 26.6.** A análise de aceitabilidade das propostas deverá observar o valor estimado individual de cada item, não sendo suficiente a análise apenas do valor global da contratação.
- 26.7.** Serão consideradas aceitáveis as propostas que atenderem às especificações técnicas do item e apresentarem preço compatível com o valor estimado, com a pesquisa de mercado e com os parâmetros de vantajosidade definidos no edital e neste Termo de Referência.
- 26.8.** A Administração deverá verificar, para cada item, a compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações exigidas, especialmente quanto à medida, tipo, aplicação, índice de carga, índice de velocidade, marca ofertada, data de fabricação — DOT, certificações, marcações, etiquetas e demais requisitos técnicos aplicáveis à respectiva categoria do pneu.
- 26.9.** A proposta poderá ser recusada ou desclassificada, em relação ao item correspondente, quando apresentar produto incompatível com a especificação exigida, preço superior ao valor estimado sem justificativa aceitável, indícios de inexequibilidade, ausência de comprovação técnica quando solicitada ou qualquer desconformidade com as condições do edital.
- 26.10.** A adjudicação será realizada por item, em favor do licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para o respectivo item, desde que atendidas todas as exigências de habilitação, especificações técnicas, aceitabilidade de preços e demais condições previstas no edital.



26.11. A adoção do menor preço por item não altera o objeto, o quantitativo total estimado de **2.236 pneus**, o valor global estimado de **R\$ 3.500.951,39**, nem a adoção do Sistema de Registro de Preços, servindo apenas para permitir julgamento individualizado, ampliar a competitividade e melhorar a seleção da proposta mais vantajosa.

26.11.1. Em contratações por Sistema de Registro de Preços, a adoção de critério por grupo de itens deve ser excepcional e devidamente justificada, com demonstração de inviabilidade da adjudicação por item e de vantagem técnica e econômica. Assim, a opção pelo menor preço por item neste processo reduz o risco de questionamentos e reforça a competitividade do certame.

26.12. O controle da futura Ata de Registro de Preços deverá ser realizado individualmente por item, com indicação do fornecedor registrado, valor unitário, quantidade registrada, saldo disponível, Secretaria requisitante e demais informações necessárias à execução e fiscalização da contratação.

26.13. A adoção do critério de menor preço por item também possibilita análise mais adequada do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte — ME/EPP, uma vez que eventual exclusividade, cota reservada ou benefício legal poderá ser avaliado conforme o valor estimado e as condições de mercado de cada item.

26.14. Dessa forma, conclui-se que o critério de julgamento pelo **menor preço por item** é o mais adequado para a presente contratação, por assegurar julgamento objetivo, maior competitividade, melhor controle da vantajosidade, participação de fornecedores especializados e atendimento eficiente ao interesse público.

27. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

27.1. A aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às **microempresas e empresas de pequeno porte — ME/EPP** deverá observar a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei nº 14.133/2021, o edital e demais normas aplicáveis à contratação pública.

27.2. Considerando que o critério de julgamento será o de **menor preço por item**, a Administração deverá analisar a aplicação do tratamento diferenciado de forma individualizada para cada item, levando em conta o valor estimado, a existência de fornecedores competitivos, a compatibilidade com o mercado e a vantajosidade para o interesse público.

27.3. Nos itens cujo valor estimado seja de até **R\$ 80.000,00**, deverá ser avaliada a possibilidade de realização de disputa exclusiva para ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que



haja competitividade suficiente e ausência de prejuízo à economicidade, à qualidade dos produtos e à adequada execução do objeto.

27.3. Nos itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00, deverá ser avaliada a realização de disputa exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que haja compatibilidade com o mercado, competitividade suficiente e ausência de prejuízo à economicidade, à qualidade dos produtos e à adequada execução do objeto.

27.4. A exclusividade para ME/EPP não deverá ser aplicada de forma automática, devendo ser afastada quando houver justificativa técnica ou econômica demonstrando risco de restrição indevida da competitividade, ausência de fornecedores aptos, possibilidade de preços superiores aos praticados no mercado, risco de item deserto ou fracassado, ou prejuízo ao atendimento da necessidade pública.

27.4. A exclusividade para ME/EPP não será aplicada de forma automática, devendo ser afastada quando incidir alguma das hipóteses do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quando não houver fornecedores competitivos suficientes, quando a medida não for vantajosa para a Administração ou quando puder representar prejuízo ao conjunto da contratação.

27.5. Nos itens de valor superior ao limite legal aplicável, poderá ser avaliada a adoção de cota reservada para ME/EPP, quando juridicamente cabível, tecnicamente viável e economicamente vantajosa, especialmente em razão da natureza divisível do objeto.

27.5.1. Para os bens de natureza divisível, poderá ser avaliada a reserva de cota de até 25% do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a medida seja tecnicamente viável, economicamente vantajosa e compatível com a adequada execução do fornecimento.

27.6. A eventual adoção de cota reservada deverá considerar a possibilidade real de fornecimento por empresas enquadradas como ME/EPP, a capacidade logística de atendimento, os prazos de entrega, a manutenção da qualidade dos pneus e a compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para cada item.



- 27.7. A Administração deverá evitar que a aplicação do tratamento diferenciado resulte em fracionamento inadequado, prejuízo à padronização mínima, comprometimento da qualidade dos pneus, elevação injustificada dos preços ou dificuldade de execução da futura Ata de Registro de Preços.
- 27.8. A análise do tratamento diferenciado deverá considerar que o objeto contempla pneus de diferentes categorias, incluindo pneus para motocicletas, veículos leves, utilitários, ambulâncias, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e equipamentos operacionais, podendo haver variação significativa na quantidade de fornecedores aptos para cada item.
- 27.9. Quando a Administração optar por não aplicar exclusividade ou cota reservada em determinado item, deverá justificar a decisão nos autos, especialmente quando houver risco de prejuízo à competitividade, à economicidade, à adequada execução do objeto ou à continuidade dos serviços públicos.
- 27.10. A planilha de média de preços deverá permitir a identificação do valor estimado de cada item, de modo a subsidiar a definição dos itens eventualmente exclusivos para ME/EPP, das cotas reservadas, quando cabíveis, ou da ampla concorrência.
- 27.11. As regras de participação de ME/EPP deverão constar de forma clara no edital, indicando os itens exclusivos, os itens de ampla concorrência, eventual cota reservada e os critérios de desempate, preferência e demais benefícios legais aplicáveis.
- 27.12. O tratamento diferenciado às ME/EPP deverá ser compatibilizado com a necessidade de fornecimento de pneus novos, seguros, de qualidade, com garantia contra defeitos de fabricação e atendimento às certificações, marcações, etiquetas e requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do produto.
- 27.13. Dessa forma, conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado às ME/EPP é compatível com a presente contratação, desde que realizada de forma criteriosa, motivada e individualizada por item, preservando-se a competitividade, a economicidade, a qualidade dos produtos, a segurança da frota municipal e o atendimento ao interesse público.

28. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 28.1. A aceitabilidade das propostas será analisada individualmente por item, considerando o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, os valores estimados na pesquisa de preços e as condições estabelecidas no edital.



- 28.2.** Será considerada aceitável a proposta que atender integralmente às especificações do item, apresentar preço compatível com o valor estimado, demonstrar conformidade técnica do produto ofertado e cumprir as demais exigências previstas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.
- 28.3.** A análise de aceitabilidade não deverá se limitar ao valor global da contratação, devendo ser verificado o preço ofertado para cada item, a fim de evitar sobrepreço, inexecutabilidade, distorções internas, compensações indevidas ou oferta de produto incompatível com a necessidade da Administração.
- 28.4.** A proposta deverá indicar, quando exigido no edital, a marca, fabricante, modelo, linha ou referência do pneu ofertado, bem como demais informações técnicas necessárias à verificação de compatibilidade com o item licitado.
- 28.5.** A Administração poderá solicitar, na fase de aceitação da proposta, catálogo técnico, ficha técnica, certificação, etiqueta, gravações no flanco do pneu, termo de garantia, declaração do fabricante ou documento equivalente que comprove o atendimento às especificações exigidas para o respectivo item.
- 28.6.** Para cada item, será verificada a compatibilidade do produto ofertado com a medida, tipo, aplicação, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, data de fabricação — DOT, certificações, marcações, etiquetas e demais requisitos técnicos legalmente aplicáveis à respectiva categoria do pneu.
- 28.7.** Serão recusadas as propostas que apresentarem produto com especificação inferior à exigida, medida incompatível, tipo diverso, ausência de informações técnicas essenciais, marcação irregular, indício de produto usado, reformado, remoldado, recauchutado, recapado ou recondicionado.
- 28.8.** Também poderão ser recusadas as propostas que apresentarem preço manifestamente inexequível, preço acima do valor estimado para o item sem justificativa aceita pela Administração, ou qualquer condição que comprometa a adequada execução do objeto.
- 28.9.** A eventual negociação de preços deverá ocorrer de forma individualizada por item, buscando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da manutenção das especificações técnicas mínimas exigidas.
- 28.10.** Caso a proposta melhor classificada não atenda às especificações técnicas, apresente documentação insuficiente ou não comprove a conformidade do produto ofertado quando solicitado, a Administração



poderá recusá-la e convocar o licitante subsequente, observada a ordem de classificação e as regras do edital.

- 28.11.** A aceitabilidade da proposta deverá observar a planilha de média de preços estruturada por item, de modo que cada item possua parâmetro próprio de comparação, valor unitário estimado e valor total estimado.
- 28.12.** A Administração deverá assegurar que a adjudicação por item não resulte em contratação de produto incompatível com a frota municipal, devendo prevalecer a conformidade técnica, a segurança operacional e a vantajosidade da proposta.
- 28.13.** A apresentação de proposta implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e demais documentos da contratação, inclusive quanto aos prazos de entrega, garantia, substituição, logística e recebimento dos produtos.
- 28.14.** A proposta aceita deverá permanecer vinculada às condições ofertadas, especialmente quanto à marca, modelo ou linha indicada, salvo substituição previamente autorizada pela Administração, devidamente justificada e desde que o produto substituto seja equivalente ou superior e atenda integralmente às especificações do item.
- 28.15.** A análise de aceitabilidade deverá preservar a competitividade, a isonomia entre os licitantes, o julgamento objetivo, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para cada item da contratação.

29. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 29.1.** A medição do objeto será realizada com base na entrega efetiva dos pneus solicitados, devidamente conferidos, recebidos e atestados pelo fiscal ou comissão responsável, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e na respectiva Ordem de Fornecimento.
- 29.2.** Considerando que o critério de julgamento será o de **menor preço por item**, o pagamento também deverá observar o valor unitário registrado para cada item efetivamente fornecido e aceito pela Administração.



- 29.3. O valor a ser pago corresponderá à quantidade de pneus efetivamente entregues, recebidos definitivamente e aceitos pela Administração, multiplicada pelo valor unitário registrado para o respectivo item, conforme fórmula abaixo:

Valor a pagar = quantidade aceita do item × valor unitário registrado do item

- 29.4. Não será devido pagamento por pneus recusados, entregues em desacordo com as especificações, com vícios aparentes, avarias, sinais de uso, data de fabricação superior ao limite admitido, medida incompatível, ausência de documentação obrigatória ou qualquer outra desconformidade verificada pela fiscalização.

- 29.5. O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo dos itens, mediante atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal ou comissão designada, comprovando que os pneus foram entregues de acordo com a Ordem de Fornecimento, a Ata de Registro de Preços e este Termo de Referência.

- 29.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, de forma clara, a identificação do processo, número da Ata de Registro de Preços, número da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, descrição dos itens fornecidos, marca, quantidade, valor unitário, valor total e demais informações necessárias à correta liquidação da despesa.

- 29.7. Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, o setor competente deverá verificar se o documento apresenta os elementos necessários à liquidação, especialmente:

I – identificação da contratada;

II – número do processo administrativo;

III – número da Ata de Registro de Preços, contrato, Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento;

IV – descrição dos itens fornecidos;

V – quantidade entregue e aceita;

VI – valor unitário registrado;

VII – valor total;

VIII – data de emissão;

IX – eventuais retenções tributárias cabíveis;

X – regularidade fiscal e demais documentos exigidos para pagamento.

- 29.8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, divergência de valores, ausência de documentos, irregularidade fiscal, pendência de recebimento definitivo ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie a regularização, sem ônus adicional para a Administração.



- 29.9. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados da regular liquidação da despesa, após o recebimento definitivo dos itens e o atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente.
- 29.10. Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências previstas no edital e na legislação aplicável.
- 29.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, crédito em conta corrente indicada pela contratada ou outro meio regularmente admitido pela Administração, observadas as normas financeiras e contábeis aplicáveis.
- 29.12. A contratada será responsável pela veracidade das informações bancárias, fiscais e documentais apresentadas, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes de erro, omissão ou inconsistência nos dados fornecidos.
- 29.13. Nos casos de atraso de pagamento imputável exclusivamente à Administração, poderão ser aplicadas as atualizações ou compensações previstas na legislação, no edital ou no instrumento contratual, desde que a contratada não tenha concorrido para o atraso.
- 29.14. A realização do pagamento não implica aceitação de vícios ocultos, defeitos de fabricação ou desconformidades posteriormente identificadas, permanecendo a contratada responsável pela garantia, substituição e demais obrigações assumidas.
- 29.15. O controle de pagamentos deverá ser realizado por item, fornecedor, Secretaria requisitante, Ordem de Fornecimento e saldo da Ata de Registro de Preços, garantindo rastreabilidade, transparência e compatibilidade entre fornecimento, recebimento e despesa executada.

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual ou equivalente e neste Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



30.2. Constituem situações passíveis de aplicação de sanções, sem prejuízo de outras previstas na legislação e no edital:

- I – deixar de entregar os pneus no prazo estabelecido;
- II – entregar produto em desacordo com as especificações exigidas;
- III – fornecer pneus usados, remoldados, recapados, recauchutados, recondicionados ou com indícios de uso anterior;
- IV – entregar pneus com medida, tipo, marca, DOT, certificação ou documentação divergente da proposta aceita;
- V – deixar de substituir produto recusado ou defeituoso no prazo fixado;
- VI – descumprir obrigações de garantia ou assistência técnica;
- VII – apresentar documentação falsa ou declaração inidônea;
- VIII – manter comportamento inidôneo durante a licitação ou execução da Ata;
- IX – não manter as condições de habilitação exigidas;
- X – causar prejuízo à Administração em razão de falha, atraso, descumprimento ou fornecimento inadequado.

30.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderão ser aplicadas à contratada, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções administrativas:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

30.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada nos casos de infrações leves, quando não houver prejuízo relevante à Administração, à execução do objeto, à segurança da frota ou à continuidade dos serviços públicos.

30.5. A multa poderá ser aplicada nos casos de atraso injustificado, entrega em desconformidade, recusa indevida de substituição, descumprimento de prazo, inexecução parcial ou total do fornecimento, ou demais hipóteses previstas no edital e na legislação aplicável.

30.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, observados a gravidade da infração, o dano causado, a vantagem obtida, a reincidência, a conduta da contratada e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

30.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, quando a conduta da contratada demonstrar descumprimento grave das obrigações assumidas, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.



- 30.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nos casos de maior gravidade, conforme as hipóteses legais, especialmente quando houver fraude, apresentação de documento falso, comportamento inidôneo, prática de ato ilícito ou conduta que comprometa a lisura da contratação.
- 30.9. A aplicação de sanções deverá ser precedida de processo administrativo próprio, com notificação da contratada, oportunidade de defesa, análise da justificativa apresentada e decisão fundamentada pela autoridade competente.
- 30.10. O atraso na entrega dos pneus, quando injustificado, poderá ensejar aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital, especialmente quando causar paralisação de veículos, prejuízo à continuidade dos serviços públicos ou necessidade de adoção de providências administrativas emergenciais.
- 32.10.1. A manutenção da modelagem por item deverá observar a Súmula nº 247 do TCU e a diretriz de parcelamento prevista na Lei nº 14.133/2021, devendo eventual alteração futura para julgamento por lote ou grupo de itens ser precedida de justificativa técnica e econômica expressa, demonstrando a inviabilidade da adjudicação por item e a vantagem concreta da alteração para a Administração.**
- 30.11. A entrega de pneus em desconformidade com as especificações não afasta a obrigação de substituição do item recusado, sem ônus para a Administração, nem impede a aplicação das sanções cabíveis.
- 30.12. A recusa injustificada da contratada em substituir item defeituoso, avariado, incompatível ou recusado pela fiscalização poderá caracterizar descumprimento contratual, sujeitando-a às penalidades previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.
- 30.13. A aplicação de sanções não exclui a possibilidade de cancelamento do registro de preços, rescisão do instrumento contratual, retenção de valores, cobrança de perdas e danos ou adoção de outras medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- 30.14. Nos casos em que o descumprimento envolver item específico da Ata de Registro de Preços, a sanção e as providências administrativas deverão observar a conduta praticada em relação ao respectivo item, sem prejuízo da análise global do comportamento da contratada quando houver reincidência ou prejuízo à execução da contratação.



- 30.15. As penalidades deverão ser registradas nos sistemas e cadastros competentes, quando cabível, observadas as normas legais, regulamentares e procedimentais aplicáveis.
- 30.16. A Administração poderá considerar, na dosimetria da sanção, a gravidade da infração, a boa-fé da contratada, a existência de justificativa plausível, o grau de prejuízo causado, a reincidência, o tempo de atraso, a quantidade de itens afetados e a cooperação da empresa para solucionar a ocorrência.
- 30.17. As sanções administrativas previstas neste item não afastam eventual responsabilidade civil, ambiental, trabalhista, fiscal ou penal da contratada, quando cabível.

31. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 31.1. Para fins de planejamento da contratação, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços corresponde a **R\$ 3.500.951,39 (três milhões quinhentos mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)**, conforme média de preços lançada nos autos e memória de cálculo estruturada por item.
- 31.2. O valor estimado corresponde à soma dos valores totais dos itens constantes da planilha de média de preços, abrangendo o quantitativo total estimado de **2.236 pneus**, distribuídos entre as Secretarias Municipais participantes.
- 31.3. Por se tratar de contratação mediante **Sistema de Registro de Preços**, a existência da Ata de Registro de Preços não implica obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo as futuras contratações ocorrerem conforme necessidade efetiva de cada Secretaria Municipal participante, disponibilidade orçamentária e saldo registrado para cada item.
- 31.4. As despesas decorrentes das futuras aquisições oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais participantes, observadas as respectivas classificações programáticas, fontes de recurso, elementos de despesa e disponibilidade financeira no momento de cada contratação específica.
- 31.5. A indicação detalhada da dotação orçamentária poderá ocorrer no momento da formalização de cada contratação específica, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, contrato ou instrumento equivalente, em conformidade com a natureza do Sistema de Registro de Preços.
- 31.6. Antes da emissão de cada Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, a Secretaria requisitante deverá verificar a existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar a despesa,



considerando o item pretendido, a quantidade a ser adquirida e o valor unitário registrado na Ata de Registro de Preços.

- 31.7. A execução financeira ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente, à prévia emissão de empenho e à observância das normas de execução orçamentária, financeira, contábil e fiscal aplicáveis à Administração Pública Municipal.
- 31.8. A Administração deverá manter compatibilidade entre o planejamento da contratação, a média de preços, o valor global estimado, os quantitativos registrados por item, os saldos da Ata de Registro de Preços e a disponibilidade orçamentária de cada Secretaria requisitante.
- 31.9. Eventuais contratações decorrentes da Ata deverão respeitar os limites quantitativos registrados, o saldo disponível para cada item e os recursos orçamentários próprios da unidade requisitante, vedada a assunção de despesa sem prévia cobertura orçamentária.
- 31.10. Dessa forma, para fins de planejamento, considera-se adequada a estimativa global de **R\$ 3.500.951,39**, devendo a adequação orçamentária ser confirmada individualmente em cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme demanda efetiva, saldo disponível e dotação própria da Secretaria participante.

32. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 32.1. A contratação deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, na proposta vencedora, nas Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes, bem como na legislação aplicável.
- 32.2. A participação no certame implica aceitação plena e irretratável das condições previstas neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo licitatório, especialmente quanto às especificações técnicas, prazos de entrega, condições de recebimento, garantia, substituição, pagamento e sanções administrativas.
- 32.3. O fornecimento deverá ocorrer conforme o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, sendo vedada a alteração unilateral de medida, tipo, marca ofertada, modelo, especificação técnica ou demais características do produto registrado, salvo mediante prévia análise e autorização formal da Administração, desde que o produto substituto seja equivalente ou superior e atenda integralmente às exigências do item.
- 32.4. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, bem como cumprir todas as obrigações assumidas perante a Administração.



- 32.5. A Administração não se obriga à aquisição integral dos quantitativos estimados, tendo em vista que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, devendo as futuras aquisições ocorrerem conforme necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária, interesse público e saldo registrado para cada item.
- 32.6. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio formal, físico ou eletrônico, de modo a permitir registro, rastreabilidade e comprovação das solicitações, notificações, respostas, prazos e demais atos relacionados à execução da contratação.
- 32.7. Eventuais omissões, dúvidas ou situações não previstas expressamente neste Termo de Referência serão resolvidas pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, da Ata de Registro de Preços, dos princípios aplicáveis às contratações públicas e demais normas pertinentes.
- 32.8. Havendo divergência entre as disposições deste Termo de Referência, edital, Ata de Registro de Preços, proposta e demais documentos do processo, deverá prevalecer a interpretação que melhor preserve a legalidade, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, a competitividade, a economicidade e o interesse público, sem prejuízo de eventual correção formal quando necessária.
- 32.9. Antes da publicação do edital, recomenda-se a conferência final da compatibilidade entre o Estudo Técnico Preliminar, este Termo de Referência, a planilha de média de preços, a tabela consolidada de pneus por item, o critério de julgamento pelo **menor preço por item** e as regras de aplicação do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível.
- 32.10. Fica vedada a utilização de referências contraditórias à modelagem adotada, especialmente expressões como **menor preço por lote, consolidado por lote, saldo do lote ou fornecedor do lote**, devendo todos os documentos do processo observar a estruturação por **item**.
- 32.11. A execução da contratação deverá buscar a seleção da proposta mais vantajosa, a segurança operacional da frota municipal, a continuidade dos serviços públicos, a qualidade dos produtos fornecidos, a sustentabilidade ambiental e a correta aplicação dos recursos públicos.
- 32.12. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações constantes dos Documentos de Formalização de Demanda, no Estudo Técnico Preliminar, na média de preços lançada nos autos, na tabela consolidada de pneus por item e nas necessidades apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes.

33. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

- 33.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar, nos Documentos de Formalização de Demanda apresentados pelas Secretarias Municipais participantes, na tabela consolidada de pneus por item, na média de preços lançada nos autos e nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

33.2.



- 33.3. A elaboração deste instrumento observou a necessidade de compatibilização entre o objeto, os quantitativos, a pesquisa de preços, a forma de seleção do fornecedor, o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, a adoção do Sistema de Registro de Preços e as condições de execução, recebimento, pagamento e fiscalização da futura contratação.
- 33.4. A equipe responsável pela elaboração e apoio técnico-administrativo da contratação é composta pelos seguintes servidores:

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA

Equipe de Planejamento da Contratação

DEC. Nº 508/GAB/2025

FRANCISCO KAIQUE SENA BEZERRA VELOZO

Gerente de Cotações de Preços

DEC. Nº 439/GAB/2025

EDSON VITOR ASSUNÇÃO BARBOSA

Fiscal de Contratos da Superintendência Municipal de Licitações

DEC. Nº 068/GAB/2026

34. APROVAÇÃO E ASSINATURAS

- 34.1. O presente Termo de Referência é submetido à apreciação e aprovação das autoridades competentes das Secretarias Municipais participantes, para fins de prosseguimento da fase preparatória e posterior abertura do procedimento licitatório.
- 34.2. A aprovação deste Termo de Referência não implica obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, tendo em vista que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, com futuras aquisições condicionadas à necessidade efetiva de cada Secretaria, disponibilidade orçamentária, saldo registrado por item e emissão de instrumento hábil.
- 34.3. A aprovação fica condicionada à compatibilização final entre o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, a planilha de média de preços, o edital e demais documentos do processo, especialmente quanto ao critério de julgamento pelo **menor preço por item**, quantitativo total de **2.236 pneus** e valor global estimado de **R\$ 3.500.951,39**.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



34.4. As Secretarias Municipais participantes declaram ciência quanto aos quantitativos consolidados, à estruturação por item, à adoção do Sistema de Registro de Preços e à necessidade de controle individualizado dos saldos da futura Ata de Registro de Preços.

Costa Marques/RO, **25 de maio de 2026.**

ROSANGELA JACINTHO DE LIMA

Secretária Municipal de Educação

DEC. Nº 013/GAB/2025

JOELMA FREITAS DE LIMA

Secretária Municipal de Assistência Social

DEC. Nº 015/GAB/2025

WELCKLEN SILVA DE JESUS

Secretário Municipal de Saúde

DEC. Nº 010/GAB/2025

ENÉIAS ZANGRANDI

Secretário Municipal de Agricultura

DEC. Nº ____/GAB/2025

ENÉIAS ZANGRANDI

Secretário Municipal de Obras

DEC. Nº 5/GAB/2025



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



ANEXO 02

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
CEP:	CIDADE:	ESTADO:
E-MAIL:	FONE:	CEL:
CONTATO:	CARGO:	
BANCO:		
CÓDIGO DO BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados e não recondicionados, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência.		
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1373.22.04-2025		

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	MARCA	FABRICANTE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Pneu novo, de primeiro uso, medida 215/75 R17.5, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	40				
02	Pneu novo, de primeiro uso, medida 215/75 R17.5, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	32				
03	Pneu novo, de primeiro uso, medida 225/65 R16, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 51.	UNID	183				
04	Pneu novo, de primeiro uso, medida 235/70 R16, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	4				
05	Pneu novo, de primeiro uso, medida 235/75 R15.5, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	4				
06	Pneu novo, de primeiro uso, medida 235/75 R15.5, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	2				



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



07	Pneu novo, de primeiro uso, medida 265/60 R18, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	4				
08	Pneu novo, de primeiro uso, medida 275/80 R22.5, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 52.	UNID	48				
09	Pneu novo, de primeiro uso, medida 275/80 R22.5, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	32				
10	Pneu novo, de primeiro uso, medida 185/60 R15, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	8				
11	Pneu novo, de primeiro uso, medida 205/60 R15, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	8				
12	Pneu novo, de primeiro uso, medida 265/65 R17, tipo misto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	32				
13	Pneu novo, de primeiro uso, medida 60/100-17, tipo dianteiro moto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	115				
14	Pneu novo, de primeiro uso, medida 80/100-14, tipo traseiro moto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	115				
15	Pneu novo, de primeiro uso, medida 90/90-21, tipo dianteiro moto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	15				
16	Pneu novo, de primeiro uso, medida 110/80-18, tipo traseiro moto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	15				
17	Pneu novo, de primeiro uso, medida 175/70 R13, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	80				
18	Pneu novo, de primeiro uso, medida 175/75 R14, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	140				
19	Pneu novo, de primeiro uso, medida 205/55 R16, tipo misto, não remoldado, não recauchutado, não	UNID	52				



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



	recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.						
20	Pneu novo, de primeiro uso, medida 205/60 R16, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20				
21	Pneu novo, de primeiro uso, medida 215/65 R16, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20				
22	Pneu novo, de primeiro uso, medida 265/70 R16, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20				
23	Pneu novo, de primeiro uso, medida 255/60 R18, tipo misto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	8				
24	Pneu novo, de primeiro uso, medida 175/65 R14, tipo misto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	32				
25	Pneu novo, de primeiro uso, medida 255/55 R18, tipo misto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	72				
26	Pneu novo, de primeiro uso, medida 1000-20, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	24				
27	Pneu novo, de primeiro uso, medida 1000-20, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 53.	UNID	63				
28	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.5/80-18, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 54.	UNID	44				
29	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.16-5N, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	4				
30	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.16-5N, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20				
31	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.80-621, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado.	UNID	45				



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



	PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 55.						
32	Pneu novo, de primeiro uso, medida 14.00-24, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	10				
33	Pneu novo, de primeiro uso, medida 14.00-24, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 56.	UNID	128				
34	Pneu novo, de primeiro uso, medida 17.5-25, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	12				
35	Pneu novo, de primeiro uso, medida 17.5-25, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 57.	UNID	135				
36	Pneu novo, de primeiro uso, medida 19.5L-24, 12 lonas, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 60.	UNID	23				
37	Pneu novo, de primeiro uso, medida 19.5L-24, 12 lonas, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	8				
38	Pneu novo, de primeiro uso, medida 235.70-16, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	48				
39	Pneu novo, de primeiro uso, medida 295/22.5, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 59.	UNID	39				
40	Pneu novo, de primeiro uso, medida 295/22.5, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO – ATÉ 75%, vinculada ao item 58.	UNID	138				
41	Pneu novo, de primeiro uso, medida 90/90-19, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	1				
42	Pneu novo, de primeiro uso, medida 90/90-19, tipo misto moto, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado.	UNID	1				



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.					
43	Pneu novo, de primeiro uso, medida 100/90-17, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	2			
44	Pneu novo, de primeiro uso, medida 175/65 R13, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	10			
45	Pneu novo, de primeiro uso, medida 175/70 R14, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20			
46	Pneu novo, de primeiro uso, medida 195/65 R15, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	10			
47	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12-16.5, 10 lonas, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	10			
48	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.4-24, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20			
49	Pneu novo, de primeiro uso, medida 18.4-30, R1 12 lonas, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20			
50	Pneu novo, de primeiro uso, medida 6.50-16 (grade), tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI.	UNID	20			
51	Pneu novo, de primeiro uso, medida 225/65 R16, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 03.	UNID	61			
52	Pneu novo, de primeiro uso, medida 275/80 R22.5, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 08.	UNID	16			
53	Pneu novo, de primeiro uso, medida 1000-20, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não reconicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 27.	UNID	21			



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



54	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.5/80-18, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 28.	UNID	14				
55	Pneu novo, de primeiro uso, medida 12.80-621, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 31.	UNID	15				
56	Pneu novo, de primeiro uso, medida 14.00-24, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 33.	UNID	42				
57	Pneu novo, de primeiro uso, medida 17.5-25, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 35.	UNID	45				
58	Pneu novo, de primeiro uso, medida 295/22.5, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 40.	UNID	46				
59	Pneu novo, de primeiro uso, medida 295/22.5, tipo liso, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 39.	UNID	13				
60	Pneu novo, de primeiro uso, medida 19.5L-24, 12 lonas, tipo borrachudo, não remoldado, não recauchutado, não recapado, não reformado e não recondicionado. PARTICIPAÇÃO/COTA: COTA RESERVADA – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – ATÉ 25%, vinculada ao item 36.	UNID	7				
VALOR TOTAL R\$							

CARIMBO COM CNPJ	
	Prazo de entrega:
	Validade da Proposta:
	Assinatura do Representante da Empresa



ANEXO 03

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1373.22.04-2025

Observação: Aplicar o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014.

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade **fiscal**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 8,1 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

1 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

1.1. 18.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf ou cadastro da Prefeitura, serão enviados por meio do sistema licitanet, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a).

18.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

18.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

18.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

18.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



2. Habilitação Jurídica e fiscal

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Registro na junta comercial**, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o do objeto licitado.
- c) Ato constitutivo**, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de Documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
 - c.1** O objeto social descrito no ato constitutivo referente ao item (b) deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado;
- d) Cédula de identificação dos sócios da empresa**, ou diretor, ou do proprietário da empresa.
- e)** Cédula identidade do procurador juntamente com a procuração (se for o caso).
- f) Microempreendedor individual – MEI**, Certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site, <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- g)** Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- h)** Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação);
- i)** Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede do licitante;
- j)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- l)** Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.
- m)** As certidões fiscais e trabalhistas por dispositivo de Lei serão aceitas positivas com efeitos negativas, de acordo com a Decisão 208/2012 GPCPN c/c Parecer nº 271/2012 GPYFM;

2.2. Da Qualificação Econômica Financeira:

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial** – Lei nº 11.101/05 (**falência e concordata**) emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 30 (trinta)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis**, referente aos dois últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei nº 14.133/2021).
 - b.1.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.2.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- c) Qualificação Econômico-Financeira** (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):
 - c.1.** A habilitação econômico-Financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente, Para isso será exigido).



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



d) Certificado de Habilitação Profissional – CHP (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

d) Nos termos do Art. 1.179, §2º código Civil, fica dispensada ao MEI (Microempreendedor Individual) a obrigação apresentação de escrituração contábil, balanço e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). O MEI, constituído a mais de um ano (01) deverá apresentar a Declaração Anual de Rendimentos.

2.. Da Qualificação e Técnica;

a) **Licença de funcionamento** expedida pelo Órgão Local (Estadual/Municipal) que comprove o licenciamento da empresa para exercer as atividades de comercialização referente ao objeto deste certame; (Alvara e/ou Sintegra).

b) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa de direito público, ou privado, de que a empresa tenha prestados os serviços semelhantes, compatíveis ao objeto de pretensa contratação de forma satisfatória.

b.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), a descrição do objeto, bem como notas fiscais que comprovem a entrega do material.

2.3. Das Declarações;

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação ou **INIDÔNEA**, na forma do § 5º do artigo 14 da Lei 14.133/2021 (ver modelo conforme Anexo 04);

b) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (ver modelo conforme Anexo 05);

c) Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP) (anexo 06).

d) Declaração que não há vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Costa Marques dos proprietários, sócio, gerentes e diretores, bem como do representante designado para representar a empresa neste procedimento licitatório;

e) Declaração conjunta para fins de licitação, (Modelo: disponível no sistema Licitanet)

* Já disponível no menu de relatórios do sistema Licitanet;

* Não se faz necessário o envio por parte do licitante, apenas de sua assinatura junto ao sistema.

3. A EMPRESA regularmente cadastrada que anexar o CRCF Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor expedido pelo Departamento de Licitação da (PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES), fica desobrigada de apresentar os documentos exigidos nas letras “a” e “b”. do item 02 deste ANEXO 3.

4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, exceto nos casos previsto na Observação deste anexo 3.

6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) **se a licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;**

b) se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) se a licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

Altair Ortis
Pregoeiro
Decreto nº 455/GAB/2025



ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001373.22.04-2025

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ANEXO 05

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001373.22.04-2025

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO 06

**Declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte
(na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001373.22.04-2025**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



ANEXO 07

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001373.22.04-2025

Aos ____ dias do mês _____ do ano de 2026, na sala da Superintendência de Licitação - SUPEL, nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor _____, e as empresas: _____, CNPJ/MF: _____. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇO de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO

2 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não reconicionados, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme especificações, quantitativos, valores registrados e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na proposta da detentora.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações dos materiais, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) propostas(s) são as que seguem:

Classificado nº 01 empresa xxxxxxxxxxxx CNPJ xxxxxxxxxxxx

Item	Descrição	Marca	Und.	V. uni.	Quanti	V. total
01	*****	*****	*****	*****	*****	*****
02	*****	*****	*****	*****	*****	*****

3 – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. A Secretaria Municipal de Administração do Município de Costa Marques será o Órgão Gerenciador deste Registro de Preços para aquisição dos serviços comuns.

3.2. Cada secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos responsáveis, conforme art. 67 do Decreto Municipal nº 1171/24.

- a) Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
- b) Secretaria Municipal de Educação – SEMECEL
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC
- d) Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR
- e) Secretaria Municipal de Cultura – SECULT
- f) Secretaria Municipal de Esportes – SEMESP
- g) Secretaria Municipal de Comunicações – SECOM
- h) Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU
- i) Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA
- j) Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI



4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.

4.7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.10 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO

5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

5.1.1. O remanejamento de que trata o **caput** somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.

5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;

7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Site Oficial do Município;

7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.12.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA

8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;

8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

8.2. O licitante remanescente será convocado quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e na devida Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item10.

8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

10.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

10.2.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

10.2.4. seja realizado ampla pesquisa de mercado;

10.2.5. seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

10.5. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

10.6. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.10. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRATO

11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

11.1.1. for liberado;

11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;

11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. A Gerencia do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:

- a) Seja perfeitamente identificado a requisição e o servidor da GSRP responsável;
- b) O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata

14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

14.1. Fase – Recebimento

14.1.1. Para recebimento será levado em consideração a quantidade e qualidade dos materiais, e todas as normas estabelecidas no edital e legislação vigente com a fiscalização do poder público municipal através de suas comissões.

14.1.2. Recebimento Provisório

14.1.2.1. Atividade que consiste na verificação das informações contidas no Edital da licitação, Nota de Empenho e da Nota Fiscal. Esta atividade está limitada à conferência de endereço, CNPJ, validade do documento fiscal, qualidade e das quantidades dos itens que estão sendo entregues;

14.1.3. Recebimento Definitivo

14.1.3.1. Consiste no desenvolvimento de atividades de inspeção e ensaios, para verificação e comprovação da qualidade dos soros fisiológicos, em relação às especificações técnicas, se necessário.

14.2. Fase - Acompanhamento da entrega dos materiais de pneus novos, de primeiro uso, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO

14.2.1. Os materiais ofertados nesta licitação terão garantia contratual, conforme dispõe o art. 26, do Código de Defesa do Consumidor - CDC;

14.2.2. Os proponentes assumem o compromisso de substituir os materiais, sempre que notificado a fazê-la pela Secretaria Municipal solicitante, o que será feito por meio de Ofício.

14.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, dos materiais, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1– O pagamento ocorrerá em até o 30 (trinta) dias, após o recebimento dos materiais, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

16.4. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:

16.5.1. operacionalização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;

16.5.2. automatização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciadores, participantes e aderentes.

16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.

16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.

16.8. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026** e a proposta da Detentora.

Fica eleito o foro do Município de Costa Marques/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Secretário Municipal de
Decreto nº ____/____/____

EMPRESA DETENTORA:



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



ANEXO 08

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/PMCM/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/SUPEL/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001373.22.04-2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,
O MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES E, DO OUTRO, A
EMPRESA _____,**

O MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, inscrito no CPNJ nº 04.100.020/0001-95, com sede na Av. Chianca, 1381 – Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **Fabiomar Agostini Bento**, brasileiro, casado, portador do RG nº _____ SSP/RO e do CPF nº _____, residente e domiciliado à Av. _____, Setor _____, neste Município de Costa Marques doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob n.º _____ com sede sito a Rua/Av. _____, na Cidade de _____ doravante denominada Contratada, representada neste ato por _____, brasileiro, _____, empresário, portador do RG n. _____ e do CPF n. _____, resolvem em comum acordo, celebrar o presente contrato regido pela Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recauchutados, não recapados, não reformados e não recondicionados, destinados à frota de veículos das Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme especificações, quantitativos, valores e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/SUPEL/2026, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta da contratada e na respectiva Ordem de Fornecimento.

1.2. Relação dos materiais:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UND	Quant.	V. UNT	V.TOTAL
Valor Total R\$						



CLÁUSULA SEGUNDA

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1 – Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, Termo de Referência, Proposta da Contratada e demais anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO AMPARO LEGAL

3.1 – A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico n.º ____/2026, realizado com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais legislações e normas inerentes ao assunto.

CLÁUSULA QUARTA

DO VALOR DO CONTRATO

4.1 – O valor do Contrato é de R\$ _____ (_____).

4.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA

DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do contrato será de _____ (_____) **meses**, a contar da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contrato, previstas neste instrumento.

5.1.2. Este contrato poderá ser prorrogado, observando os artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA

MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

6.1 – Nos termos do art. 92 da Lei 14.133/21, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

SUBCONTRATAÇÃO

7.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



CLÁUSULA OITAVA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com o pagamento do objeto correrão por conta dos recursos orçamentários, consignados no orçamento da Secretaria Municipal de _____ deste ano de 2026:

Função Programática: _____

Elemento De Despesa: _____

Ficha: _____.

CLÁUSULA NONA

DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Após a emissão da Ordem de entrega e posterior recebimento do material:

9.1. O licitante receberá no prazo de 30 (trinta) dias, posterior à entrega do material, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e/ou fatura, devidamente certificada pela comissão de recebimento de materiais e serviços desta Prefeitura, juntamente com as devidas Certidões, e terá como base o preço final ofertado na fase de lances desta licitação.

9.2. O pagamento do material desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor. Para fazer jus ao pagamento, a **empresa vencedora deverá comprovar e manter sua adimplência** com a seguridade social (CND - INSS), com o FGTS (CRF) e **demais requisitos de habilitação**, estabelecidas no presente Edital.

9.3 – Demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

REAJUSTE (art. 92, V)

10.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

10.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

A CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

11.1 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando ao contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

11.2 - Responsabilizar-se pela entrega do material, objeto do Contrato, respeitando em especial o prazo de entrega estabelecido, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante e a terceiros;

11.3 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas bem como efetuar a entrega dos materiais de acordo com as especificações estipuladas no item 1.2 deste contrato.

11.4 - O objeto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

11.5 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal sobre os materiais.

11.6 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.7 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.8 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.9 – Demais obrigações conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)

A CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

12.1 - Efetuar a inspeção dos materiais, após a assinatura do contrato, de acordo com as condições e especificações pactuadas nesse termo;

12.2 - Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Contrato.

12.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega do material, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

12.4 - Comunicar prontamente ao contratado, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

12.5 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



12.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.8 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.9 - A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de _____

12.11 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.13 - Notificar previamente o contratado, quando da aplicação de penalidades.

12.14 - Demais obrigações conforme Termo de Referência.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) Multa:

1. moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no



Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

14.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 - Indenizações e multas.

14.5 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

15.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

MANUTENÇÃO E GARANTIA DOS MATERIAIS

16.1. A garantia para os materiais, deverá ser de 12 (doze) meses, havendo garantia do fabricante esta prevalecerá desde que não seja inferior ao prazo estabelecido acima, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante, conforme item 9.9 do termo de referência.

16.2. Os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, com garantia para os materiais.

16.3. O prazo de garantia para os itens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

16.4. O objeto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA INEXECUÇÃO

17.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (art. 115).

17.2 – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização do acompanhante técnico designado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DOS CASOS OMISSOS

18.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

ALTERAÇÕES

19.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA

DA PUBLICAÇÃO

20.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO – SUPEL



CLÁUSULA VIGÊSIMA PRIMEIRA

DO FORO

21.1 – As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Costa Marques-RO; conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Costa Marques, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA